

Votorantim Industrial S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de dezembro de 2013
e relatório dos auditores independentes**

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas	
Balanço patrimonial consolidado.....	4
Demonstração do resultado consolidado	5
Demonstração do resultado abrangente consolidado.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	9
Demonstração consolidada do valor adicionado	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas	
1 Considerações gerais.....	11
2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e resumo das principais práticas contábeis	11
2.1 Base de apresentação	11
2.2 Consolidação	11
2.3 Conversão de moeda estrangeira	16
2.4 Caixa e equivalentes de caixa	17
2.5 Ativos financeiros.....	17
2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de <i>hedge</i>	20
2.7 Contas a receber de clientes	21
2.8 Estoques	22
2.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	22
2.10 Depósitos judiciais	22
2.11 Imobilizado	22
2.12 Arrendamento mercantil	23
2.13 Ativos biológicos	23
2.14 Ativos mantidos para venda	23
2.15 Ativos intangíveis	24
2.16 Combinação de negócios e ágio fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura (“ <i>Goodwill</i> ”).....	25
2.17 <i>Impairment</i> de ativos não financeiros	26
2.18 Contas a pagar aos fornecedores.....	26
2.19 Empréstimos e financiamentos.....	26
2.20 Provisões.....	26
2.21 Obrigação com descomissionamento de ativo	27
2.22 Benefícios a funcionários.....	27
2.23 Capital social	28
2.24 Reconhecimento da receita	28
2.25 Distribuição de dividendos.....	29
2.26 Lucro por ação.....	29
2.27 Juros sobre capital próprio	29
2.28 Subvenção governamental.....	29
2.29 Demonstração do fluxo de caixa	29
2.30 Demonstração do valor adicionado	30
3 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações	30
4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	36
5 Gestão de risco sócio ambiental	38
6 Gestão de risco financeiro	38
7 Instrumentos financeiros por categoria	50
8 Qualidade dos créditos dos ativos financeiros	51
9 Caixa e equivalentes de caixa	52
10 Aplicações financeiras.....	53
11 Contas a receber de clientes	53
12 Estoques	54
13 Tributos a recuperar	55
14 Ativos mantidos para venda	56
15 Partes relacionadas	58
16 Opção de compra de ações	61

17	Outros ativos	61
18	Investimentos	62
19	Imobilizado.....	69
20	Ativos biológicos	73
21	Intangível.....	74
22	Empréstimos e financiamentos.....	80
23	Contas a pagar - <i>Trading</i>	85
24	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	85
25	Outros passivos	88
26	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	89
27	Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais	89
28	Uso do bem público	98
29	Provisão para desmobilização de ativos	99
30	Patrimônio líquido	99
31	Receita	101
32	Outras despesas operacionais, líquidas	102
33	Resultado financeiro líquido	103
34	Abertura do resultado por natureza.....	103
35	Despesas de benefícios a empregados	104
36	Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego	104
37	Benefícios fiscais	107
38	Seguros	108
39	Informações suplementares - UN	109
40	Evento subsequente	114

Votorantim Industrial S.A.

Balço patrimonial consolidado Em 31 de dezembro Em milhões de reais

	Nota	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado nota "3"	1/1/2012 Reapresentado nota "3"		Nota	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado nota "3"	1/1/2012 Reapresentado nota "3"
Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.498	2.971	1.265	Empréstimos e financiamentos	22	1.517	1.396	1.747
Aplicações financeiras	10	4.092	3.055	2.880	Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	116	115	133
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	108	77	241	Fornecedores		2.807	2.738	2.411
Contas a receber de clientes	11	2.145	1.922	1.898	Contas a pagar - <i>Trading</i>	23	112	54	24
Estoques	12	3.402	3.509	3.148	Salários e encargos sociais		758	598	691
Tributos a recuperar	13	1.048	1.209	833	Imposto de renda e contribuição social		146	123	325
Dividendos a receber	15	28	1	9	Tributos a recolher		357	349	372
Contas a receber por venda de participações				2.362	Dividendos a pagar para os acionistas controladores	15	104	58	596
Opção de compra de ações	16	127			Dividendos a pagar para os acionistas não controladores	15	47	114	92
Outros ativos	17	710	529	753	Adiantamento de clientes		191	91	136
		14.158	13.273	13.389	Uso do bem público - UBP	28	60	55	60
Ativos mantidos para venda	14 (a)	788	701		Contas a pagar para aquisição de participações	18		328	
		14.946	13.974	13.389	Outros passivos	25	539	709	685
							6.754	6.728	7.272
					Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	14 (b)	390	274	
							7.144	7.002	7.272
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos				
Aplicações financeiras	10	41	79	26	Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	21.918	20.895	17.500
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		9	75	Partes relacionadas	15	12	6	161
Tributos a recuperar	13	1.618	587	904	Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (b)	916	893	574
Partes relacionadas	15	1.977	1.411	1.413	Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais	27	3.538	3.105	3.226
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (b)	4.056	3.296	3.169	Uso do bem público - UBP	28	1.133	1.378	1.452
Opção de compra de ações	16		157	104	Provisão para desmobilização de ativos	29	935	892	831
Depósitos judiciais	27 (c)	446	451	327	Plano de pensão	36	876	933	557
Outros ativos	17	355	507	241	Outros passivos	25	374	360	341
		8.493	6.497	6.259			740	934	415
							30.442	29.396	25.057
Investimentos	18	5.930	6.186	7.573	Total do passivo		37.586	36.398	32.329
Imobilizado	19	26.314	25.963	22.872	Patrimônio líquido	30			
Ativos biológicos	20	109	151	159	Capital social		20.167	19.907	19.925
Intangível	21	11.747	11.400	9.973	Reservas de lucros		6.294	6.051	6.687
		52.593	50.197	46.836	Ajustes de avaliação patrimonial		61	(1.434)	(1.630)
					Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		26.522	24.524	24.982
					Participação dos acionistas não controladores		3.431	3.249	2.914
					Total do patrimônio líquido		29.953	27.773	27.896
Total do ativo		67.539	64.171	60.225	Total do passivo e patrimônio líquido		67.539	64.171	60.225

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Votorantim Industrial S.A.

Demonstração do resultado consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2013	2012 Reapresentado nota "3"
Operações continuadas			
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	31	26.272	23.000
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(19.430)	(17.235)
Lucro bruto		6.842	5.765
Despesas operacionais			
Com vendas		(1.676)	(1.331)
Gerais e administrativas		(2.244)	(2.240)
Outras despesas operacionais, líquidas	32	(793)	(52)
		(4.713)	(3.623)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		2.129	2.142
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	18	(74)	(148)
Realização dos resultados abrangentes na alienação de investimentos			(91)
		(74)	(239)
Resultado financeiro líquido			
Despesas financeiras	33	(2.009)	(1.849)
Receitas financeiras		911	874
Variações cambiais, líquidas		(514)	(543)
		(1.612)	(1.518)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		443	385
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	24	(963)	(635)
Diferidos		807	337
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas		287	87
Operações descontinuadas			
Prejuízo das operações descontinuadas	14 (c)	(49)	
Lucro líquido do exercício		238	87
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		433	149
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores		(195)	(62)
Lucro líquido do exercício		238	87
Quantidade média ponderada de ações		17.532.872.263	17.532.438.006
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações*		24,70	8,50
Das operações continuadas:			
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações*		27,49	8,50
Das operações descontinuadas:			
Prejuízo líquido básico e diluído por lote de mil ações*		(2,79)	

* Considera em 2013 para fins de diluição 90 mil ações referentes a título conversível em ações (Nota 30 (f)).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Votorantim Industrial S.A.

Demonstração do resultado abrangente consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhões de reais

	2013	2012
		Reapresentado nota "3"
Lucro líquido do exercício	238	87
Outros componentes do resultado abrangente líquido de imposto de renda e contribuição social do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	1.967	914
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(892)	(442)
"Hedge accounting" operacional de controladas	(38)	(41)
Realização dos resultados abrangentes na alienação de investimento		91
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas	28	(116)
	1.065	406
Outros componentes do resultado abrangente líquido de imposto de renda e contribuição social do exercício que não serão reclassificados para o resultado		
Remensurações dos benefícios de aposentadoria	(24)	(60)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	1.041	346
Total do resultado abrangente do exercício	1.279	433
Resultado abrangente atribuível aos acionistas		
Controladores	1.028	345
Não controladores	251	88
	1.279	433

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Votorantim Industrial S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhões de reais

	Nota	Reservas de lucros				Atribuível aos acionistas controladores				
		Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Retenção	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2013		19.907	5	533	5.513		(1.434)	24.524	3.249	27.773
Total do resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					433			433	(195)	238
Outros componentes do resultado abrangente do exercício						595		595	446	1.041
Total do resultado abrangente do exercício					433	595		1.028	251	1.279
Total de distribuições aos acionistas										
Redução de participação de acionistas não controladores Macau	18 (e) (ii)				(10)			(10)	(28)	(38)
Aumento de participação de acionistas não controladores Antequera					62			62	6	6
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados										62
Aumento de capital social	30 (a)	260						260		260
Título conversível em ações	30 (f)					(2)	900	898		898
Aquisição de participação de acionistas não controladores					38			38	(47)	(9)
Destinação do lucro líquido do exercício										
Constituição de reserva de incentivos fiscais			1			(1)				
Constituição de reserva legal				22		(22)				
Dividendos (R\$ 15,86 por lote de mil ações)	30 (b)				(176)	(102)		(278)		(278)
Retenção de lucros					306	(306)				
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		260	1	22	220	(433)	900	970	(69)	901
Em 31 dezembro de 2013		20.167	6	555	5.733		61	26.522	3.431	29.953

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Votorantim Industrial S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhões de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora									
	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
			Incentivos fiscais	Legal	Retenção					
Em 1º de janeiro de 2012		19.925		525	6.162		(1.630)	24.982	2.914	27.896
Total do resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido (prejuízo) do exercício						149		149	(62)	87
Outros componentes do resultado abrangente do exercício							196	196	150	346
Total do resultado abrangente do exercício						149	196	345	88	433
Total de distribuições aos acionistas										
Aumento de capital social	30 (a)	402						402		402
Redução de capital social	30 (a)	(420)						(420)		(420)
Incorporação da Votorantim Cimentos América ("VCA")									(32)	(32)
Aumento de participação de acionistas não controladores Itacamba e VCEAA									72	72
Efeito de controlada incluída na consolidação									207	207
Destinação do lucro líquido do exercício										
Constituição de reserva de incentivos fiscais			5			(5)				
Constituição de reserva legal				8		(8)				
Dividendos (R\$ 44,80 lote de mil ações)	30 (b)				(750)	(35)		(785)		(785)
Retenção de lucros					101	(101)				
Total de distribuições aos acionistas		(18)	5	8	(649)	(149)		(803)	247	(556)
Em 31 de dezembro de 2012		19.907	5	533	5.513		(1.434)	24.524	3.249	27.773

Votorantim Industrial S.A.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhões de reais

	Nota	2013	2012 Reapresentado nota "3"
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas		443	385
Prejuízo das operações descontinuadas		(49)	
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias e cambiais		1.354	1.311
Equivalência patrimonial	18	74	148
Realização de outros resultados abrangentes na realização do investimento			91
Depreciação, amortização e exaustão	19, 20 e 21	2.226	2.005
Ganho na remensuração do valor justo do investimento inicial da Cimpor	32		(267)
Ganho na remensuração do valor justo do investimento inicial da Artigas	32		(73)
Resultado na baixa de ativos não circulantes		86	146
Opção de compra de ações	32	30	(53)
Alteração no valor justo do ativo biológico	20	34	2
Instrumentos financeiros derivativos		(12)	8
Impairment	32	941	558
Provisões		199	348
		<u>5.326</u>	<u>4.609</u>
Variações nos ativos e passivos			
Aplicações financeiras		(686)	208
Instrumentos financeiros derivativos		152	176
Contas a receber de clientes		(273)	(3)
Estoques		(64)	(165)
Tributos a recuperar		39	(17)
Partes relacionadas		(189)	436
Demais créditos e outros ativos		(147)	59
Fornecedores		69	276
Contas a pagar - trading		58	30
Salários e encargos sociais		160	(99)
Tributos a recolher		8	(371)
Adiantamento de clientes		100	(48)
Uso do bem público		80	83
Demais obrigações e outros passivos		(818)	(548)
		<u>3.815</u>	<u>4.626</u>
Caixa proveniente das operações		<u>3.815</u>	<u>4.626</u>
Juros pagos		(1.449)	(1.417)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(361)	(832)
		<u>2.005</u>	<u>2.377</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>2.005</u>	<u>2.377</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	19	(2.394)	(2.753)
Aumento de ativo biológico	20	(26)	(26)
Aumento de intangível		(114)	(93)
Aquisição de investimento C+PA		(28)	
Aquisição de investimentos	18	(328)	(407)
Aumento de capital em investidas	18	(20)	(67)
Recebimento pela venda da Usiminas			2.362
Caixa líquido obtido na aquisição de investimentos			195
Recebimento de venda de ativos não circulantes		248	84
Recebimento de dividendos		71	206
		<u>(2.591)</u>	<u>(499)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(2.591)</u>	<u>(499)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de recursos	22	3.442	4.530
Liquidação de empréstimos e financiamentos	22	(4.390)	(3.778)
Instrumentos financeiros derivativos		(22)	(125)
Partes relacionadas		(25)	391
Captação de título conversível em ações	30 (a)	900	
Aumento de capital	30 (a)	260	
Pagamento de dividendos		(233)	(1.261)
		<u>(68)</u>	<u>(243)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(68)</u>	<u>(243)</u>
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		(654)	1.635
Efeito de oscilações nas taxas cambiais		181	71
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>2.971</u>	<u>1.265</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>2.498</u>	<u>2.971</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Votorantim Industrial S.A.

Demonstração consolidada das demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhões de reais

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u> Reapresentado nota "3"
Receitas			
Vendas de produtos e serviços		30.927	26.943
Outras receitas operacionais		148	506
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11 (c)	(62)	(14)
		<u>31.013</u>	<u>27.435</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(17.379)	(15.093)
Impairment	32	(941)	(558)
		<u>12.693</u>	<u>11.784</u>
Valor adicionado bruto			
Depreciação, amortização e exaustão	19, 20 e 21	(2.226)	(2.005)
		<u>10.467</u>	<u>9.779</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Equivalência patrimonial	18	(74)	(148)
Realização dos resultados abrangentes na alienação de investimentos			(91)
Receitas financeiras	33	911	874
		<u>837</u>	<u>635</u>
Valor adicionado total a distribuir			
		<u>11.304</u>	<u>10.414</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	35	2.202	1.834
Encargos sociais	35	981	859
Benefícios	35	421	352
		<u>3.604</u>	<u>3.045</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		2.878	2.326
Estaduais		2.924	2.709
Municipais		37	34
Tributos diferidos		(807)	(337)
		<u>5.032</u>	<u>4.732</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	33	2.523	2.392
Aluguéis		211	228
		<u>2.734</u>	<u>2.620</u>
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		(102)	(35)
Participação de acionistas não controladores		(195)	(62)
Lucros retidos		280	114
Prejuízo de operações descontinuadas		(49)	17
		<u>(66)</u>	<u>17</u>
Valor adicionado distribuído			
		<u>11.304</u>	<u>10.414</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Considerações gerais

A Votorantim Industrial S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "VID"), é uma empresa de capital privado integralmente controlada pela família "Ermírio de Moraes" e que constitui a *holding* das empresas industriais da Votorantim Participações S.A.. Com sede na cidade de São Paulo, tem por objetivo a administração de bens e empresas, podendo participar em outras companhias de qualquer natureza, no interesse de suas finalidades. A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua nos segmentos de materiais básicos de construção (cimento, concreto, agregados e argamassa), metais (alumínio, zinco e níquel), siderurgia, mineração (zinco, cobre, prata e chumbo), celulose e geração de energia elétrica.

2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e resumo das principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(a) Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Estas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

(b) Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas considerou o custo histórico como base de valor, e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 dezembro de 2013, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRSs*"), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*" e interpretações "IFRIC.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

(c) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras consolidadas foi aprovada pela Administração em 27 de fevereiro de 2014.

2.2 Consolidação

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades estruturadas) sobre as quais a Companhia detém o controle. A VID controla a investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a VID. A consolidação é interrompida a partir da data em que Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela VID. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício como despesa quando incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controlada na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controlada é determinada em cada aquisição realizada.

Se a combinação de negócios é realizada em estágios, o valor contábil da data de aquisição de participação societária previamente detida do adquirente na adquirida é reavaliado a valor justo; quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mensurações subsequentes são reconhecidos no resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela Companhia é reconhecida pelo valor justo na data de aquisição. As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente que é considerado ativo ou passivo são reconhecidas de acordo com o IAS 39/CPC 38, tanto na demonstração do resultado quanto em ajustes de avaliação patrimonial. Contraprestação contingente que for classificada como patrimônio não é reavaliada, e sua liquidação subsequente é contabilizada no patrimônio.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Se o total de contraprestação transferida, a participação reconhecida de não controladores e as participações anteriormente detidas, for menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença deve ser reconhecida diretamente no resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em ajuste de avaliação patrimonial são reclassificados no resultado.

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação nas contas de patrimônio líquido é reconhecida de forma reflexa em seu patrimônio líquido. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia adotou o IFRS 11, 'Negócios em conjunto' (CPC19 (R2)) a partir de 1º de janeiro de 2013, com ajuste retrospectivo ao período imediatamente anterior, ou seja, o ano findo em 31 de dezembro de 2012.

Os efeitos da mudança nas políticas contábeis sobre a posição financeira do balanço patrimonial, dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2012, estão apresentados na Nota 3.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(e) Principais empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar os retornos por meio de influência para dirigir as atividades relevantes da investida. As investidas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Em 1º de janeiro de 2013, a Companhia adotou o IFRS 10 "Demonstrações financeiras consolidadas" (CPC 36 (R3)), o qual substitui o SIC12 e a IAS27 e altera a definição de controle. A nova definição inclui três elementos que devem ser cumpridos:

- a) O poder sobre uma investida;
- b) A exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida;
- c) A capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor.

A adoção do IFRS 10 não resultou em mudanças nas entidades consolidadas pela Companhia. Antes da adoção do IFRS 10 todas as entidades que foram consolidadas estavam de acordo com o IAS 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e continuam a ser consolidadas em IFRS 10, sendo que não há novas entidades que devem ser consolidadas a partir da aplicação deste pronunciamento.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais empresas controladas e as operações em conjunto incluídas na consolidação são as seguintes:

	Percentual do capital total		Percentual do capital votante		Localização da sede	Atividade principal
	2013	2012	2013	2012		
Cimentos						
Acariúba Mineração e Participação Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	Brasil	Holding
Cementos Artigas S.A.	51,00	51,00	51,00	51,00	Uruguai	Cimentos
Interávia Transportes Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	Brasil	Transporte
Prairie Material Sales Inc.	100,00	100,00	100,00	100,00	EUA	Cimentos
Silcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	Brasil	Holding
St. Barbara Cement Inc.	100,00	100,00	100,00	100,00	Canadá	Cimentos
St. Marys Cement Inc.	100,00	100,00	100,00	100,00	EUA	Cimentos
Votorantim Cements Internacional Spain SE	100,00	100,00	100,00	100,00	Espanha	Holding
Votorantim Cement North America Inc.- "VCNA"	100,00	100,00	100,00	100,00	Canadá	Holding
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. - "VCEAA"	100,00	100,00	100,00	100,00	Espanha	Holding
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	97,38	96,18	95,79	96,44	Brasil	Cimentos
Votorantim Cimentos S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	Brasil	Cimentos
Metais						
Companhia Brasileira de Alumínio	100,00	100,00	100,00	100,00	Brasil	Alumínio
US Zinc Corporation - "USZinc"	100,00	100,00	100,00	100,00	EUA	Zinco
Votorantim Metais Cajamarquilla S.A.	99,91	99,89	99,91	99,89	Peru	Zinco
Votorantim Metais S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	Brasil	Níquel
Votorantim Metais Zinco S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	Brasil	Zinco
Mineração						
Compañía Minera Atacocha S.A.A.	88,19	88,19	88,19	88,19	Peru	Mineração
Compañía Minera Milpo S.A.A.	50,06	50,06	50,06	50,06	Peru	Mineração
Siderurgia						
Acerbrag S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	Argentina	Siderurgia
Acerías Paz del Río S.A. - "APDR"	82,42	82,42	82,42	82,42	Colombia	Siderurgia
Votorantim Siderurgia S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	Brasil	Siderurgia
Holding, Trading e outras						
Indústria e Comércio Metalúrgica Atlas S.A.	99,77	99,80	99,77	99,80	Brasil	Equipamentos Industriais
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	Brasil	Energia Elétrica
Votorantim Energia Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	Brasil	Holding
Votorantim GmbH	100,00	100,00	100,00	100,00	Áustria	Trading
Votorantim Investimentos Latino-Americanos S.A.	99,91	99,74	99,91	99,74	Brasil	Holding
Votorantim Metais Participações Ltda.	100,00	100,00	100,00	100,00	Brasil	Holding
Operações conjuntas (Joint operations)						
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	15,00	15,00	15,00	15,00	Brasil	Energia Elétrica
Campos Novos Energia S.A.	44,76	44,76	44,76	44,76	Brasil	Energia Elétrica
Voto - Votorantim Overseas Trading Operations IV Ltd.	50,00	50,00	50,00	50,00	Ilhas Cayman	Holding
Fundos de aplicação financeira exclusivos						
Fundo de Investimento Pentágono Multimercado - Crédito Privado	100,00	100,00				
Odessa Multimercado Crédito Privado	93,94	94,94				

As participações em fundos de investimentos exclusivos são consolidadas de acordo com a segregação dos investimentos que compõem o patrimônio desses fundos.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Principais cifras das empresas controladas em conjunto (“operações conjuntas”)

Os valores dos grupos de ativos, passivos e resultado consideradas na consolidação da Companhia das principais controladas em conjunto (“operações conjuntas”) são apresentados a seguir, considerando-se o percentual detido pela Companhia:

	Consolidação proporcional			
	Baesa - Energética Barra Grande S.A.		Campos Novos Energia S.A.	
	2013	2012	2013	2012
Percentual de participação	15,00%	15,00%	44,76%	44,76%
Ativo circulante	15	11	44	50
Ativo não circulante	201	204	599	619
Passivo circulante	15	19	46	62
Passivo não circulante	67	100	201	225
Receita líquida	71	42	210	189
Despesas operacionais	11	9	34	29
Lucro líquido do exercício	21	13	62	73

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A Administração, após análise das operações e da concentração dos negócios no Brasil, concluiu que o real (“R\$”) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas localizadas no Brasil. Essa conclusão baseia-se na análise dos seguintes indicadores:

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda do país cujas forças competitivas e cujos regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos e serviços;
- Moeda que mais influencia os custos de mão de obra, material e de outros itens para fornecimento de produtos ou serviços;
- Moeda na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em Reais, na qual os itens são remensurados. Para essa conversão, são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações qualificadas de hedge de investimento líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia (nenhuma das quais opera em economia hiperinflacionária) cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- as receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais de

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

câmbio (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);

- (iii) todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”;

Os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados, conforme detalhado acima.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Os ajustes no ágio e no valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento.

A seguir, descrevemos as moedas funcionais definidas para as controladas relevantes no exterior:

Empresa	País	Moeda funcional
Cimento		
VCNA	Canadá	Dólar Canadense
VCEAA	Espanha	Euro
Metais		
Cajamarquilla	Peru	Dólar Norte Americano
USZinc	EUA	Dólar Norte Americano
Mineração		
Milpo	Peru	Dólar Norte Americano
Siderurgia		
APDR	Colômbia	Peso Colombiano
Acerbrag	Argentina	Peso Argentino
Trading		
VGmbH	Áustria	Dólar Norte Americano

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez (investimentos com vencimento original menor que 90 dias), que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante, quando aplicável.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurado ao valor justo por meio do resultado (“mantidos para negociação”), mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Mantidos para negociação

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os ativos financeiros mantidos para negociação têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Resultado financeiro líquido". Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são classificadas neste grupo, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Mantidos até o vencimento

Os investimentos em valores mobiliários não derivativos que a Companhia tem capacidade e intenção em manter até a data de vencimento, são classificados como investimentos mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo amortizado. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. Quando aplicável, é reconhecida provisão para desvalorização desse ativo.

(c) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem principalmente "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa".

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, quando existentes, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos vencem ou são transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, quando existentes, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro líquido" no período em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro líquido".

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro líquido".

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados, e o valor líquido reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los numa base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Garantia da Companhia ao tomador do empréstimo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de uma concessão que o credor não consideraria;
- A probabilidade de o tomador declarar falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- . *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo);
- . *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa); ou
- . *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido).

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores de mercado dos instrumentos derivativos diversos são divulgados na Nota 6.1.1. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* é superior a 12 meses, e classificado como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

(a) *Hedge* de fluxo de caixa

Com o objetivo de garantir a fixação de margem operacional em Reais para parte da produção das empresas que integram o segmento de metais, as empresas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para efetuar a venda a termo de cada *commodity* (zinco, alumínio e níquel) em conjunto com a venda a termo de Dólar americano. Essas empresas controladas adotam a contabilidade de *hedge* para os instrumentos derivativos contratados com essa finalidade. A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Ganhos ou perdas relacionados à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos como outros resultados operacionais. Os valores acumulados no patrimônio líquido são levados ao resultado (na mesma linha de resultado afetada pela operação originalmente protegida) nos períodos em que se realizam as referidas exportações e/ou vendas referenciadas em preço LME (*London Metal Exchange*).

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecida quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais a ocorrência de uma operação prevista, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentada no patrimônio é imediatamente transferida para a demonstração do resultado em "Outras despesas operacionais, líquidas".

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia também adota a contabilidade de *hedge* para instrumentos derivativos de LIBOR. Esses *hedges* são executados com o objetivo de proteger a exposição ao risco de taxa de juros existente em empréstimos e financiamentos indexados à taxa LIBOR. A parcela efetiva das variações no valor justo desses derivativos é reconhecida no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, e são levados ao resultado na amortização dos empréstimos e financiamentos.

(b) *Hedge de valor justo*

Com o objetivo de manter o fluxo de receitas operacionais das empresas que fazem parte do segmento de metais referenciado em preço LME, as empresas controladas contratam operações de *hedge* nas quais trocam de fixo para flutuante o preço definido nas transações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo. Essas controladas adotam a contabilidade de *hedge* para os instrumentos derivativos contratados com essa finalidade. As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são reconhecidas no resultado operacional. Em contrapartida, é reconhecida no resultado operacional a variação do valor justo do objeto de *hedge*, no caso, o compromisso firme da venda a preço fixo ao cliente.

(c) *Hedge de investimento líquido*

A Companhia e sua controlada Votorantim Cimentos S.A. designaram alguns contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira como *hedge* de parte de seus investimentos no exterior. O objetivo desse procedimento é atenuar os impactos da volatilidade cambial nos resultados. Periodicamente comprova-se a efetividade dessas operações de *hedge*. Nesse contexto, a parcela de variação cambial sobre os referidos contratos de empréstimos e financiamentos é acumulada no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”. Essa modalidade de contabilidade de *hedge* é utilizada para os investimentos no exterior mantidos nas empresas VCNA, Cajamarquilla, US Zinc, além de VCEAA, a partir de dezembro de 2012.

As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa.

Ganhos e perdas acumulados no patrimônio são transferidos para a demonstração do resultado quando a operação no exterior é integral ou parcialmente alienada ou vendida.

(d) *Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo que tenham como finalidade a proteção do resultado operacional desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em “Outras despesas operacionais, líquidas”. Os instrumentos não qualificados para a contabilização de *hedge* que tenham como finalidade a proteção das variações nas taxas de juros são classificados no “Resultado financeiro líquido”.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes à venda de mercadorias ou à prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão de créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”). As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.8 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção. As matérias-primas provenientes de ativos biológicos são mensuradas ao valor justo, menos as despesas de vendas no ponto do desbaste, quando são transferidas do ativo não circulante para o grupo de estoques. O valor realizável líquido dos estoques é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em “provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais”. Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, considerados os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações	25 - 59 anos
- Máquinas e equipamentos	6 - 40 anos
- Veículos	5 - 10 anos
- Móveis e utensílios	4 - 19 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao fim de cada exercício. Com base no laudo de avaliação, emitido por empresa especializada, em 1º de janeiro de 2013, a Companhia efetuou a revisão da vida útil do ativo imobilizado das classes máquinas, equipamentos e instalações e edifícios e construções, alterando de forma prospectiva as taxas de depreciação utilizadas, para as principais empresas da Votorantim.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para determinar o valor recuperável.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.12 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte para amortização do passivo e parte aos encargos financeiros. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos.

Os juros são debitados à demonstração do resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo em cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.13 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas de eucalipto em formação, as quais se encontram localizadas na região de Minas Gerais, com uma área total de aproximadamente 26.957 hectares, utilizadas no processo produtivo da Companhia, principalmente como combustível da transformação ferro-gusa, matéria-prima para produção de aços longos.

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas.

2.14 Ativos mantidos para venda

Ativos (ou grupos de alienação) são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperado, principalmente por meio de venda e quando a venda for considerada altamente provável.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos os custos de venda.

2.15 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição.

(b) Direitos sobre recursos naturais

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais e os gastos de remoção de estéril incorridos, a partir dessa comprovação, são capitalizados como custo de formação da mina. Quando a mina estiver operacional, os custos acumulados capitalizados em relação aos direitos de exploração são reclassificados de "ativo imobilizado" para "ativo intangível" e subsequentemente amortizados / incluídos no custo do produto. Os custos de construção capitalizados relacionados à planta são reclassificados para "equipamentos e instalações", na rubrica "ativo imobilizado".

Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, ou, quando aplicável, com base na exaustão de minas.

Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

A exaustão de recursos minerais é calculada com base na extração, considerando-se as vidas úteis estimadas das reservas.

Nas operações de mineração relacionadas ao negócio de cimento, é necessário remover obstáculos e outros resíduos para acessar o minério a partir do qual podem ser extraídos minerais economicamente. O processo do estéril de mineração e de resíduos é referido como a decapagem. Durante o desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção, os custos de decapagem são capitalizados como parte do investimento na construção da mina e são posteriormente amortizados durante a vida útil da mina em base a unidades produzidas.

Os custos de decapagem que são incorridos na fase de produção são capitalizados como "Custos de decapagem", quando aumentam o acesso ao minério, o componente do corpo de minério para as quais o acesso foi melhorado pode ser identificado e os custos podem ser medidos de forma confiável. Este "Custo de decapagem" é apresentado como parte dos ativos intangíveis e seu custo é realizado na quantia revalorizada menos depreciação ou amortização e menos perdas por *impairment*.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Softwares

As licenças de software adquiridas são registradas no ativo intangível com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

(d) Uso do bem público

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do bem público (UBP).

O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

(e) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência

Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As relações de cláusulas de clientes em um acordo de não concorrência têm uma vida útil finita e são mensuradas pelo custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada apresentada a seguir:

Relação com clientes	15 anos
Acordos de não concorrência	5 anos

2.16 Combinação de negócios e ágio fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura (“*Goodwill*”)

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilização de transações classificadas como combinação de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não-controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado de acordo com a participação da Companhia e dos não-controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença será reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O *goodwill* é apresentado no subgrupo intangível nas demonstrações consolidadas, não sofre amortização e é submetido anualmente ao teste anual de avaliação do valor recuperável (*impairment*), conforme descrito a seguir.

2.17 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar a necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, serão revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.18 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante quando o pagamento é devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.20 Provisões

As provisões de natureza tributária, cível, trabalhistas, ambiental e ações judiciais são reconhecidas quando: (i) há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação; (iii) o valor pode ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões em relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las será determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que seja pequena a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.21 Obrigação com descomissionamento de ativo

As despesas relativas ao descomissionamento de minas são registradas como obrigações para desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões.

2.22 Benefícios a funcionários

A Companhia opera alguns tipos de benefícios pós-emprego, incluindo tanto planos de pensão de benefício definido e contribuição definida, quanto o plano de assistência médica pós-aposentadoria.

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia, por meio das controladas no exterior (VCNA, VCEAA, Artigas e APDR) e no Brasil (VCNNE) participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego.

No Brasil, a Companhia e suas principais controladas são patrocinadoras de planos de benefício na modalidade contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva para pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar a todos os funcionários os benefícios relativos aos seus serviços, no período corrente ou anterior.

Para a VCNNE, bem como suas subsidiárias no exterior (VCNA, VCEAA, Artigas e APDR), a Companhia patrocina um plano de benefício definido, que é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos em “Ajustes de avaliação patrimonial”, no período em que ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. O grupo não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a funcionários, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) Assistência médica (pós-aposentadoria)

A Companhia, por meio de suas controladas no exterior (VCNA, VCEAA e Artigas), oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O benefício de assistência médica para aposentados é oferecido pela Companhia de acordo com uma política existente no passado. Essa política estabelecia a concessão vitalícia do benefício a um grupo predeterminado de empregados. Esse benefício está fechado para novos participantes e não existem empregados ativos elegíveis a ele.

O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, de forma similar à metodologia contábil usada para os planos de benefício definido. A obrigação de da assistência média pós-aposentadoria é calculada anualmente por atuários independentes. O valor presente da obrigação de benefício de assistência médica pós-aposentadoria é determinado pela estimativa de saída futura de caixa. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em “Ajustes de avaliação patrimonial”, no período em que ocorrerem.

(c) Participação dos empregados nos resultados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefício a empregados”.

2.23 Capital social

É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

2.24 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas, conforme descrição a seguir. O valor da receita não será considerado mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O reconhecimento da receita baseia-se nos princípios a seguir:

(a) Venda de produtos

O reconhecimento da receita de vendas tanto no mercado interno como no mercado externo, é efetivado, em geral, quando os produtos são entregues e os riscos e benefícios são transferidos para o cliente.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(b) Venda de serviços

A Companhia vende por meio de suas controladas serviços de concretagem, co-processamento e transporte de cargas. Esses serviços são prestados com base no tempo e no material ou, como um contrato de preço fixo, e os termos do contrato, geralmente, variam entre menos de um e três anos. A receita de contratos de prestação de serviços de transporte por preço fixo é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas e/ou dos custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

(c) Receita financeira

A receita financeira decorrente de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é reconhecida conforme o prazo decorrido das operações, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

2.25 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro do exercício, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.26 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

2.27 Juros sobre capital próprio

Juros sobre o capital próprio estão sujeitos a uma taxa de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas da Companhia que forem declarados imunes ou isentos de impostos, nos termos da Lei 9249/95 e são calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Juros sobre capital próprio é uma forma de distribuição de lucros, que é dedutível para fins fiscais no Brasil e está incluído na distribuição de lucros para o ano, conforme estabelecido no estatuto da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.28 Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas ao valor presente quando existe uma garantia razoável de que o subsídio será recebido e a Companhia cumprirá todas as condições.

Subvenções governamentais relacionadas aos custos são diferidas e reconhecidas no resultado durante o período necessário para conciliar com os custos que o subsídio tem a intenção de compensar.

2.29 Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa apresenta as mudanças de caixa e equivalentes de caixa durante o exercício nas atividades operacionais, investimento e financiamento. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos altamente líquidos financeiros.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Todas as receitas e despesas decorrentes de operações não monetárias, atribuíveis aos fluxos de caixa de investimento e de financiamento, são eliminados. Juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

Durante o exercício de 2012, a Companhia ajustou o efeito das transações que não afetaram caixa, sendo as seguintes as principais transações relativas às atividades de investimento:

- Troca de participação do investimento CIMPOR (Nota 18 (e) (i)).
- Aquisição de participação da Cimentos Avellaneda S.A. (Nota 18 (e) (iii)).
- Combinação de negócios Artigas (Nota 18 (e) (iv)).
- Combinação de negócios VCEAA (Nota 18 (e) (v)).

2.30 Demonstração do valor adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

(a) Adoção de novas normas, alterações e interpretações em 2013

As principais alterações nas práticas contábeis aplicadas na elaboração das informações contábeis e demonstrações financeiras, a partir das novas normas, alterações e interpretações de normas, aplicáveis à Companhia, com vigência a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 foram as seguintes:

Alteração do IAS 1 /CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis

Os itens apresentados em outros resultados abrangentes passaram a ser apresentados com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

Alteração do IAS 19/CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. As alterações foram as seguintes: Reconhecer imediatamente todos os custos de serviços passados, e substituir o custo dos juros e retorno esperado sobre os ativos do plano, com um montante de participação líquida, calculada pela aplicação da taxa de desconto para o passivo de benefício definido *net* (ativo). As alterações não tiveram um impacto significativo uma vez que os critérios aplicados pela Companhia e suas controladas para o reconhecimento de ganhos e perdas atuariais já estavam em conformidade com os requisitos da IAS 19 e da mudança no cálculo despesas de juros introduzida pela norma.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 10 / CPC 36 (R3) - "Demonstrações consolidadas"

Esta norma está baseada nos princípios existentes quanto à identificação do conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada nas demonstrações financeiras. A norma prevê orientação adicional para auxiliar na determinação de controle quando há dúvida na avaliação. A adoção dessa nova norma não resultou em nenhuma mudança significativa na situação de consolidação de suas controladas.

IFRS 11 / CPC 19 (R2)- "Negócios em conjunto"

Em conformidade com o IFRS 11/CPC 19(R2), os investimentos em negócios em conjuntos são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou como empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor, e não mais de acordo com a estrutura jurídica do negócio em conjunto. A Companhia e suas controladas avaliaram a natureza de seus negócios em conjunto para os principais acordos e concluíram que:

- (i) Fibria Celulose S.A., Sitrel Siderúrgica Três Lagoas Ltda, Suwanee Holdings LLC, Sumter Cement Co LLC, Trinity Materials LLC, Suwannee American Cement LLC, Superior Building Materials LLC, Cimentos Especiales de Las Islas S.A., Hormigones y Aridos La Barca S.A. e Cantera do Penedo S.A. avaliadas como empreendimentos controlados em conjunto, deixam de ser consolidadas proporcionalmente e passam a ser reconhecidas, nas demonstrações financeiras consolidadas, e mensuradas pelo método de equivalência patrimonial.
- (ii) Campos Novos Energia S.A. avaliada como uma operação em conjunto, continua a ser consolidada na proporção dos direitos e obrigações contratuais detidos.
- (iii) BAESA - Energética Barra Grande S.A., avaliada como operação em conjunto deixa de ser apresentada e mensurada pelo método de equivalência patrimonial e passa a ser consolidada proporcionalmente.

A Companhia aplicou a nova política de participações em *joint ventures* e *joint operations* a partir de 1º de janeiro de 2013, de acordo com as disposições transitórias do IFRS 11/CPC 19(R2).

A seguir demonstramos a reconciliação dos saldos patrimoniais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e do saldo de abertura em 1º de janeiro de 2012, assim como a reconciliação referente à demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2012, ambos afetados pela alteração na norma. Essa mudança não afetou o lucro por ação.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Balanço patrimonial consolidado

	31 de dezembro de 2012			1º de janeiro de 2012		
	Original	Ajustes IFRS 11	Ajustado	Original	Ajustes IFRS 11	Ajustado
Ativos						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3.280	(309)	2.971	1.380	(115)	1.265
Aplicações financeiras	3.744	(689)	3.055	3.398	(518)	2.880
Instrumentos financeiros derivativos	86	(9)	77	241		241
Contas a receber de clientes	2.088	(166)	1.922	2.154	(256)	1.898
Estoques	3.894	(385)	3.509	3.507	(359)	3.148
Tributos a recuperar	1.273	(64)	1.209	930	(97)	833
Dividendos a receber	1		1	9		9
Contas a receber por venda de participações				2.362		2.362
Outros ativos	626	(97)	529	790	(37)	753
	14.992	(1.719)	13.273	14.771	(1.382)	13.389
Ativos mantidos para venda	875	(174)	701	189	(189)	
	15.867	(1.893)	13.974	14.960	(1.571)	13.389
Ativos não circulante						
Realizável a longo prazo						
Aplicações financeiras	79		79	26		26
Instrumentos financeiros derivativos	14	(5)	9	75		75
Tributos a recuperar	781	(194)	587	1.103	(199)	904
Partes relacionadas	1.412	(1)	1.411	1.294	119	1.413
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.735	(439)	3.296	3.450	(281)	3.169
Opção de compra de ações	157		157	104		104
Depósitos judiciais	497	(46)	451	327		327
Outros ativos	766	(259)	507	654	(413)	241
	7.441	(944)	6.497	7.033	(774)	6.259
Investimentos	1.712	4.474	6.186	3.361	4.212	7.573
Imobilizado	29.187	(3.224)	25.963	26.270	(3.398)	22.872
Ativos biológicos	1.129	(978)	151	1.117	(958)	159
Intangível	12.775	(1.375)	11.400	11.365	(1.392)	9.973
	52.244	(2.047)	50.197	49.146	(2.310)	46.836
Total do ativo	68.111	(3.940)	64.171	64.106	(3.881)	60.225

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2012			1º de janeiro de 2012		
	Original	Ajustes IFRS 11	Ajustado	Original	Ajustes IFRS 11	Ajustado
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos	1.707	(311)	1.396	2.028	(281)	1.747
Instrumentos financeiros derivativos	131	(16)	115	171	(38)	133
Fornecedores	2.867	(129)	2.738	2.576	(165)	2.411
Contas a pagar - Trading	54		54	24		24
Salários e encargos sociais	927	(329)	598	731	(40)	691
Imposto de renda e contribuição social	128	(5)	123	329	(4)	325
Tributos a recolher	356	(7)	349	383	(11)	372
Dividendos a pagar para os acionistas controladores	58		58	596		596
Dividendos a pagar para os acionistas não controladores	115	(1)	114	92		92
Adiantamento de clientes	230	(139)	91	136		136
Uso do bem público	55		55	60		60
Contas a pagar para aquisição de participações	328		328			
Outros passivos	768	(59)	709	725	(40)	685
	<u>7.724</u>	<u>(996)</u>	<u>6.728</u>	<u>7.851</u>	<u>(579)</u>	<u>7.272</u>
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	274		274			
	<u>7.998</u>	<u>(996)</u>	<u>7.002</u>	<u>7.851</u>	<u>(579)</u>	<u>7.272</u>
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	23.712	(2.817)	20.895	20.406	(2.906)	17.500
Instrumentos financeiros derivativos	84	(78)	6	186	(25)	161
Partes relacionadas	893		893	610	(36)	574
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.356	(251)	3.105	3.443	(217)	3.226
Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais	1.409	(31)	1.378	1.482	(30)	1.452
Uso do bem público	857	35	892	780	51	831
Provisão para desmobilização de ativos	870	63	933	557		557
Plano de pensão	836	(476)	360	720	(379)	341
Outros passivos	312	622	934	105	310	415
	<u>32.329</u>	<u>(2.933)</u>	<u>29.396</u>	<u>28.289</u>	<u>(3.232)</u>	<u>25.057</u>
Total do passivo	<u>40.327</u>	<u>(3.929)</u>	<u>36.398</u>	<u>36.140</u>	<u>(3.811)</u>	<u>32.329</u>
Patrimônio líquido						
Capital social	19.907		19.907	19.925		19.925
Reservas de lucros	6.051		6.051	6.687		6.687
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.434)		(1.434)	(1.630)		(1.630)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	<u>24.524</u>		<u>24.524</u>	<u>24.982</u>		<u>24.982</u>
Participação dos acionistas não controladores	3.260	(11)	3.249	2.984	(70)	2.914
Total do patrimônio líquido	<u>27.784</u>	<u>(11)</u>	<u>27.773</u>	<u>27.966</u>	<u>(70)</u>	<u>27.896</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>68.111</u>	<u>(3.940)</u>	<u>64.171</u>	<u>64.106</u>	<u>(3.881)</u>	<u>60.225</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Demonstração do resultado consolidado

	31 de dezembro de 2012		
	Original	Ajustes IFRS 11	Ajustada
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	24.792	(1.792)	23.000
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(18.832)	1.597	(17.235)
Lucro bruto	5.960	(195)	5.765
Com vendas	(1.419)	88	(1.331)
Gerais e administrativas	(2.370)	130	(2.240)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	88	(140)	(52)
	(3.701)	78	(3.623)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	2.259	(117)	2.142
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	122	(270)	(148)
Realização dos resultados abrangentes na baixa de investimentos	(91)		(91)
Resultado financeiro líquido	(2.007)	489	(1.518)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	283	102	385
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	(631)	(4)	(635)
Diferidos	435	(98)	337
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas	87		87
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	151	(2)	149
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(64)	2	(62)
Lucro líquido do exercício	87		87

c) Demonstração dos fluxos de caixa

	31 de dezembro de 2012		
	Original	Ajustes IFRS 11	Ajustada
Fluxo de caixa das atividades operacionais	3.691	(1.314)	2.377
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.109)	610	(499)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(753)	510	(243)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalente de caixa	1.829	(194)	1.635

d) Demonstração do valor adicionado

	31 de dezembro de 2012		
	Original	Ajustes IFRS 11	Ajustada
Valor adicionado total a distribuir			
Receitas	29.587	(2.152)	27.435
Insumos adquiridos de terceiros	(15.992)	341	(15.651)
Depreciação, amortização e exaustão	(2.544)	539	(2.005)
Valor adicionado líquido produzido	11.051	(1.272)	9.779
Valor adicionado recebido em transferência	900	(265)	635
Valor adicionado total a distribuir	11.951	(1.537)	10.414
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	3.213	(168)	3.045
Impostos, taxas e contribuições	5.547	(815)	4.732
Remuneração de capitais de terceiros	3.104	(484)	2.620
Remuneração de capitais próprios	87	(70)	17
Valor adicionado distribuído	11.951	(1.537)	10.414

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Não há efeitos relevantes na “demonstração do resultado abrangente” e “demonstração das mutações do patrimônio líquido” com aplicação do IFRS 11.

IFRS 12 / CPC 45 "Divulgação de participações em outras entidades"

O IFRS 12 / CPC 45 trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo negócios em conjunto, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. As novas divulgações abordadas por esta norma, na medida em que é aplicável, estão apresentadas na Nota 18.

IFRS 13 / CPC 46 - "Mensuração do valor justo"

O objetivo do IFRS 13 / CPC 46 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. O impacto destas normas foi basicamente o incremento na divulgação.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo estão divulgados na Nota 6.1.2.

IFRIC 20 / ICPC 18 "Custos de remoção de estéril de mina de superfície na fase de produção"

O IFRIC 20 fornece um modelo para a contabilização de custos associados com a remoção de resíduos durante a fase de produção de uma mina de superfície, incluindo orientações sobre o rateio dos custos incorridos para a obtenção de um benefício atual e futuro e como os custos capitalizados são depreciados. A nova norma não teve qualquer impacto significativo uma vez que os critérios aplicados pela Companhia já estavam em conformidade com os requisitos da IFRIC 20 (ICPC 18). Vide política contábil na Nota 2.15 (b).

(b) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Algumas novas normas e interpretações são aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Nenhuma destas normas e interpretações deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto as seguintes:

IFRS 9 (CPC 38) - "Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração"

Aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em ajustes de avaliação patrimonial e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas Demonstrações Financeiras.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

IFRIC 21 - "Impostos" - (Levies)

Em maio de 2013 o IASB emitiu uma nova interpretação que trata do reconhecimento de obrigações impostas por agentes governamentais, relacionada ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. A adoção das atualizações será requerida a partir de 1º de janeiro de 2014 e a Companhia ainda está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização em suas demonstrações financeiras.

IAS 36 (CPCo1 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos

Esta alteração remove certas divulgações do valor recuperável da UGC que havia sido incluída no IAS 36 pela emissão do IFRS 13. A alteração não é obrigatória para a Companhia até 1º de janeiro de 2014.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não estão em vigor, que possam gerar um impacto material para a Companhia.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Combinação de negócios

Em uma combinação de negócios, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são mensurados pelo valor justo na data de aquisição. As participações de não controladores na empresa adquirida são avaliadas ao valor justo do capital ou na parte relevante do valor justo dos ativos identificáveis líquidos da empresa. A mensuração desses ativos e passivos, na data de aquisição, é sujeita a análise de recuperação, incluindo estimativa de fluxo de caixa futuro, valor justo, risco de crédito e outros, e pode ser significativamente diferente dos resultados atuais (Nota 18 (e)).

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço (Nota 6.1.1).

(c) Obrigações para desmobilização e descomissionamento de ativos

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, conforme Nota 2.21, tendo como contrapartida o respectivo ativo intangível. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão, os custos envolvidos e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado (Nota 24).

(e) Ativos não circulantes e revisão da vida útil do imobilizado e intangível

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(f) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(g) Perda (*impairment*) de ágios e investimentos

A Companhia e suas controladas possuem o total de R\$ 4.781 reconhecido como ágio em seu balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 (2012 – R\$ 4.704).

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.5.4. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso ou valor justo, efetuados com base em estimativas.

Para a apuração dos valores recuperáveis dos investimentos, a Companhia utiliza critérios similares aos utilizados para teste de *impairment* sobre *goodwill*.

Informações adicionais estão divulgadas na Nota 21 (c).

(h) Uso do bem público

O montante é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

(i) Reconhecimento para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

5 Gestão de risco sócio ambiental

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua nos segmentos de materiais básicos de construção (cimento, concreto, agregados e argamassa), metais (alumínio, zinco e níquel), mineração (zinco, cobre, prata e chumbo), siderurgia, celulose e geração de energia elétrica, e dessa forma, suas atividades estão sujeitas a inúmeras leis ambientais nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, incluindo aqueles que regulam a descarga de materiais para o ambiente, que obrigam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

6 Gestão de risco financeiro

6.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda, preços de *commodities* e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Parte significativa dos produtos vendidos pela Companhia e suas controladas, tais como alumínio, níquel e zinco, são *commodities*, cujos preços têm referência nas cotações internacionais e são denominados em dólares norte-americanos. Os custos, porém, são predominantemente denominados em reais, resultando em um descasamento de moedas entre receitas e custos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem dívidas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem afetar seu fluxo de caixa.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Companhia e suas controladas seguem a Política de Gestão de Riscos de Mercado, aprovada pelo Comitê de Finanças, Gestão de Riscos e Auditoria Interna (referido como “Comitê de Finanças” no conteúdo desta nota), com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro- diretrizes no processo de gestão de riscos, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

Essa política é complementada por outras, que estabelecem diretrizes e normas para: (i) gestão de exposição cambial; (ii) gestão de exposição a taxa de juros; (iii) gestão de exposição a preço de *commodities*; (iv) gestão de riscos de emissores e contrapartes; e (v) gestão de liquidez e endividamento financeiro. As propostas feitas para atender a cada uma das políticas são discutidas no Comitê de Tesouraria e posteriormente levadas para aprovação do Comitê de Finanças, conforme a estrutura de governança descrita na Política de Gestão de Riscos de Mercado.

Os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção financeira e gestão de riscos são: *swaps* convencionais, compra de opções de compra (*calls*), compra de opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros de moedas e contratos a termo de moedas (NDF – *Non-Deliverable Forward*). As estratégias que contemplam compras e vendas de opções simultaneamente somente são autorizadas quando não resultam em posição líquida vendida em volatilidade do ativo-objeto. A Companhia não contrata instrumentos financeiros para fins especulativos.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de mercado

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos, tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de *commodities* e taxas de juros. A governança e as macro- diretrizes desse processo estão definidas na Política de Gestão de Riscos de Mercado.

(i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está submetida ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente ao dólar norte-americano.

A Política de Gestão de Exposição Cambial estabelece diretrizes e normas para proteção contra oscilações das moedas estrangeiras que afetam o fluxo de caixa da Companhia. As propostas para contratação de *hedge* são elaboradas pelo Comitê de Tesouraria para aprovação do Comitê de Finanças e baseiam-se na exposição cambial projetada até o fim do ano subsequente à data de referência.

Adicionalmente, podem ser definidos programas de *hedge* para proteção de fluxo de caixa das Empresas. Nesses casos, o Comitê de Tesouraria elabora a proposta em coordenação com a Unidade em questão, para posterior aprovação do Comitê de Finanças.

O real (R\$) é a moeda funcional da Companhia, e todos os esforços do processo de gestão de riscos de mercado têm como objetivo a proteção do fluxo de caixa nesta moeda, a preservação da capacidade de pagamento de obrigações financeiras e a manutenção de níveis de liquidez e endividamento definidos pela Administração.

A Companhia tem certos investimentos em operações no exterior cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, principalmente, por meio de empréstimos e financiamentos na mesma moeda desses investimentos, classificados como *hedge* de investimento líquido, conforme descrito na Nota 2.6 (c).

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Política de Gestão de Exposição a Taxas de Juros estabelece diretrizes e normas para a proteção contra oscilações de taxas de juros que afetam o fluxo de caixa da Companhia e de suas Empresas. Com base nas exposições projetadas para cada indexador de taxa de juros (principalmente CDI, LIBOR e TJLP), o Comitê de Tesouraria elabora propostas para contratação de *hedge* e as submete à aprovação do Comitê de Finanças.

(iii) Risco do preço de *commodities*

Este risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das *commodities* da Companhia, tais como alumínio, níquel, zinco, cobre e celulose. Os preços flutuam em virtude da demanda, da capacidade produtiva, do nível de estoque dos produtores, das estratégias comerciais dos grandes produtores e da disponibilidade de substitutos no mercado global.

A Política de Gestão de Exposição em *commodities* estabelece diretrizes para a proteção contra oscilações de preços de *commodities* que afetam os fluxos de caixa de suas subsidiárias operacionais.

As exposições de cada *commodity* consideram as projeções mensais de produção, de compras de insumos e os fluxos de vencimentos dos *hedges* a ela associados. Os *hedges* executados são classificados nas seguintes modalidades:

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii.1) Operações comerciais a preço fixo - operações de *hedge* que trocam de fixo para flutuante o preço contratado nas operações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo;
- (iii.2) *Hedge* para “Período cotacional” - tem por objetivo equalizar os “períodos cotacionais” entre as compras de determinados insumos (concentrado de metais) e as vendas de produtos provenientes do beneficiamento desses insumos;
- (iii.3) *Hedge* para “Custos de insumos” - tem por objetivo garantir a proteção contra oscilações de preços para exposições que afetem custos como petróleo e gás natural nas subsidiárias operacionais;
- (iii.4) *Hedge* de “Margem operacional” - visa a garantir a fixação da margem operacional para parte da produção de determinadas subsidiárias operacionais.

(b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros derivativos, *timedeposits*, CDBs e operações compromissadas com lastro em debêntures e títulos públicos federais criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é “A+” (em escala local) ou “BBB-” (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios propostos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Comitê de Finanças.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de “Monte Carlo”, do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte. A utilização da metodologia foi aprovada pelo Comitê de Finanças.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração, principalmente, o histórico de relacionamento e indicadores financeiros. Com isso, definem-se limites individuais, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para perda sempre que necessário.

A provisão é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis no momento da execução das contas a receber e é incluída nas despesas de vendas.

São realizadas análises de crédito iniciais dos clientes e, quando necessário, são obtidas cauções ou cartas de crédito para proteger os interesses da Companhia. Além disso, a maior parte das vendas por exportação, para Estados Unidos, Europa e Ásia, está protegida por cartas de crédito e seguro de crédito.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política de Gestão de Liquidez e Endividamento, visando a garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas comparáveis fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global para riscos de crédito BBB estável ou equivalente.

A tabela a seguir apresenta os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia e os principais ativos e passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia por faixas de vencimento (período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento). Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise quando seus vencimentos contratuais são essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa futuros, que incluem os juros a incorrer, motivo pelo qual esses valores não podem ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, uso do bem público e plano de pensão.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2013					
Empréstimos e financiamentos - principal	1.166	4.034	7.348	10.531	23.079
Empréstimos e financiamentos - juros	1.535	2.909	2.416	5.803	12.663
Instrumentos financeiros derivativos	116	8	4		128
Dividendos a pagar	151				151
Partes relacionadas		916			916
Plano de pensão	62	147	124	1.553	1.886
Contas a pagar - <i>Trading</i>	112				112
Uso do bem público	60	132	148	2.557	2.897
Fornecedores	2.807				2.807
	<u>6.009</u>	<u>8.146</u>	<u>10.040</u>	<u>20.444</u>	<u>44.639</u>
Em 31 de dezembro de 2012					
Empréstimos e financiamentos - principal	1.083	3.256	4.746	12.827	21.912
Empréstimos e financiamentos - juros	1.277	2.369	2.111	5.778	11.535
Instrumentos financeiros derivativos	115	6			121
Dividendos a pagar	172				172
Partes relacionadas		893			893
Plano de pensão	61	121	119	1.245	1.546
Contas a pagar - <i>Trading</i>	54				54
Contas a pagar para aquisição de participações	328				328
Uso do bem público	55	124	140	2.634	2.953
Fornecedores	2.738				2.738
	<u>5.883</u>	<u>6.769</u>	<u>7.116</u>	<u>22.484</u>	<u>42.252</u>

6.1.1 Derivativos contratados

São descritos a seguir todos os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia. Todas as operações de instrumentos financeiros derivativos foram realizadas em mercados de balcão.

Programa de proteção de taxa de juros em USD – instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de adequar a exposição à LIBOR (gerada por dívidas em USD indexadas em taxas flutuantes em LIBOR) aos parâmetros estabelecidos pela política. A proteção é realizada por meio de *swaps*.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Programa de venda de níquel e zinco a preço fixo – operação de *hedge* que troca de fixo para flutuante o preço contratado nas operações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo, a fim de manter o fluxo de receitas operacionais da UN atrelado aos preços LME. As operações usualmente realizadas são compras de níquel, zinco e alumínio para liquidação futura no mercado de balcão.

Programa de proteção para descasamento de período cotacional – tem como objetivo equalizar os “períodos cotacionais” entre as compras de determinados insumos (concentrado de metais) e as vendas de produtos provenientes do beneficiamento desses insumos. As operações usualmente realizadas são compras e vendas de níquel, zinco e alumínio para liquidação futura no mercado de balcão.

Programa de proteção de margem operacional dos metais – instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de reduzir a volatilidade do resultado das operações de zinco, níquel e alumínio. De modo a garantir a fixação de margem operacional em reais para parte da produção dos metais, a proteção é realizada por meio da venda a termo de cada *commodity* em conjunto com a venda a termo de dólar americano. Adicionalmente a esse programa a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de reduzir a volatilidade do resultado de suas operações de zinco, cobre e prata no Peru.

Programa de proteção da exposição cambial – instrumentos de proteção financeira contratados com o objetivo de ajustar a exposição cambial de acordo com os limites definidos pelo Comitê de Finanças. A proteção é realizada por meio de compra a termo de dólar americano e euro.

Instrumentos de proteção de dívida em Reais - instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de transformar taxas fixas de dívidas contratadas em reais para flutuantes em CDI. A proteção é realizada por meio de swaps, com a variação do valor justo registrada no resultado.

A seguir é apresentado um quadro resumido dos instrumentos financeiros derivativos e do objeto protegido pelos mesmos:

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Programa	Valor principal - conforme unidade			Valor justo		Ganho (perda) realizado	Valor justo por vencimento					
	2013	2012	Unidade	2013	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Proteção de taxas de juros em USD												
Swaps taxa flutuante em libor vs. taxa fixa em USD	275	438	USD milhões	(2,2)	(14,0)	(11,1)	(2,2)					
				(2,2)	(14,0)	(11,1)						
Venda de níquel e zinco a preço fixo												
Termo de níquel	1.115	820	ton			0,9						
Termo de zinco	5.450	4.800	ton	1,0	1,0	(5,6)	1,0					
				1,0	1,0	(4,7)						
Proteção para período cotacional												
Termo de níquel	780	2.200	ton	(0,4)		1,6	(0,4)					
Termo de zinco	278.499	290.318	ton	(22,5)	(12,0)	29,7	(22,5)					
Termo de prata	727		k oz (*) milhares	2,8			2,8					
				(20,1)	(12,0)	31,3						
Proteção do resultado operacional de metais												
Termo de níquel	986	5.698	ton	3,8	9,5	29,8	3,8					
Termo de zinco	101.895	125.045	ton	(13,0)	(18,0)	37,5	(13,0)					
Termo de alumínio	85.435	149.695	ton	33,6	26,0	85,2	33,6					
Termo de cobre	2.811	5.481	ton	2,6	2,0	8,1	2,6					
Termo de prata	622	998	k oz (*) milhares	8,4	5,0	15,4	8,4					
Termo de dólar americano	337	621	USD milhões	(35,5)	(37,0)	(50,7)	(35,5)					
				(0,1)	(12,5)	125,3						
Proteção da exposição cambial												
Termo de dólar americano	610		USD milhões	7,3		(14,7)	7,3					
Termo de euro	39	57	EUR milhões	9,2	(2,0)	1,2	9,2					
				16,5	(2,0)	(13,5)						
Proteção de dívida												
Swaps taxa fixa em reais vs. taxa flutuante em CDI	730	500	BRL milhões	(15,0)	5,0	2,4	(3,2)	(7,0)	(2,8)	(1,2)	(0,8)	
				(15,0)	5,0	2,4						
Total consolidado (líquido entre ativo e passivo)				(19,9)	(34,5)	129,7	(8,1)	(7,0)	(2,8)	(1,2)	(0,8)	

(*) oz = Onças troy

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

6.1.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros ativos circulantes – considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Em relação aos valores justos atribuídos às combinações de negócio e ao ativo biológico, esses são classificados no nível III da hierarquia de valor justo (Notas 18 e 20, respectivamente).

Passivos financeiros – estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi utilizado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, de acordo com as taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

Instrumentos financeiros derivativos – os métodos de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Companhia para as operações de proteção pautaram-se por procedimentos comumente aplicados no mercado e condizentes com embasamentos teóricos amplamente testados.

Hierarquia do valor justo

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo de acordo com a seguinte hierarquia de níveis:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível I).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) (nível II).
- Inserções para os ativos ou passivos que não se baseiam nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis) (nível III).

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados nos níveis I e II de hierarquia do valor justo.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor justo medido com base em:		2013
	Preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços	
	(Nível I)	(Nível II)	Valor justo contabilizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa		2.498	2.498
Aplicações financeiras	609	3.524	4.133
Instrumentos financeiros derivativos		108	108
Opção de compra de ações		127	127
	609	6.257	6.866
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos		128	128
		128	128
	Valor justo medido com base em:		2012
	Preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços	
	(Nível I)	(Nível II)	Valor justo contabilizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa		2.971	2.971
Aplicações financeiras	582	2.552	3.134
Instrumentos financeiros derivativos		86	86
Opção de compra de ações		157	157
	582	5.766	6.348
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos		121	121
		121	121

6.1.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em aberto de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. Os principais fatores de risco são a exposição à flutuação do Dólar e do Euro, das taxas de juros Libor e CDI e dos preços de commodities. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia.

Os cenários em 31 de dezembro de 2013 estão descritos abaixo:

- . Cenário I: Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2013, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de dezembro de 2014.
- . Cenário II: considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2013;
- . Cenário III: considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2013.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fatores de Risco	Saldos patrimoniais				Choque nas curvas de 2013	Cenário I Resultados do cenário I	Impactos no resultado				Cenário I Resultados do cenário I	Impactos no resultado abrangente			
	Em milhões de reais		Conforme unidade				Cenários II & III					Cenários II & III			
	Ativo	Passivo	Principal	Unidade			-25%	-50%	25%	50%		-25%	-50%	25%	50%
Câmbio															
USD	2.787	11.987	1.222	USD milhões	2%	(168)	1.761	3.522	(1.761)	(3.522)	(133)	1.390	2.781	(1.390)	(2.781)
EUR	80	2.510	39	EUR milhões	-3%	(1)	(10)	(20)	10	20	77	566	1.131	(566)	(1.131)
COP		51		COP milhões								13	25	(13)	(25)
Taxas de Juros															
BRL - CDI	4.184	5.466	2.948	BRL milhões	+50 bps	(7)	36	74	(35)	(69)	(1)	6	12	(6)	(12)
USD LIBOR		3.721	520	USD milhões	+25 bps	(9)	5	9	(5)	(9)					
Preço - Commodities															
Níquel			2.881	ton	4%	(1)	6	13	(6)	(13)	(1)	5	10	(5)	(10)
Zinco			385.844	ton	-9%	36	103	205	(103)	(205)	42	118	236	(118)	(236)
Alumínio			85.435	ton	8%						(25)	80	160	(80)	(160)
Cobre			2.811	ton	-8%						3	10	20	(10)	(20)
Prata			622	k oz(**) milhares	3%		4	7	(4)	(7)	(1)	11	22	(11)	(22)

(*) oz – Onças troy

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.4 Principais transações e compromissos futuros que são objeto de proteção de fluxo de caixa e de valor justo

A tabela abaixo apresenta um resumo dos derivativos classificados nesses regimes.

Detalhamento dos principais programas de derivativos
Valor justo das posições

Programa	Valor principal		Conforme unidade	Compra / Venda	Taxa/Preço FWD Média	Prazo médio (dias)	Valor justo		Ganho (perda) realizado	Valor justo por vencimento	
	2013	2012					2013	2012			
Hedge accounting - Cash flow hedge											
Proteção do resultado operacional de metais											
Termo de níquel	635	5.152	ton	V	14.535	US\$/ton	198	0,7	9,0	31,6	0,7
Termo de zinco	91.545	112.605	ton	V	1.994	US\$/ton	167	(14,9)	(17,0)	39,3	(14,9)
Termo de alumínio	75.300	136.515	ton	V	1.954	US\$/ton	139	24,7	22,0	90,2	24,7
Termo de cobre	2.354	5.081	ton	V	7.645	US\$/ton	148	1,7	2,0	8,8	1,7
Termo de prata	571	901	k oz (*) milhares	V	25	k US\$/oz	188	6,8	4,0	16,6	6,8
Termo de dólar americano	292	561	USD milhões	V	2,32	R\$/US\$	150	(30,2)	(25,0)	(44,3)	(30,2)
								(11,2)	(5,0)	142,2	(11,2)
Proteção para período cotacional											
Termo de zinco	64.493	94.426	ton	C/V			47	(2,3)	(4,0)	8,1	(2,3)
Proteção de taxas de juros em USD											
Swaps taxa flutuante em libor vs. taxa fixa em USD	149	176	USD milhões		1,07%		304	(2,2)	(3,5)	(0,4)	(2,2)
Hedge accounting - Fair value hedge											
Venda de níquel, zinco e alumínio a preço fixo											
Termo de níquel	364			C			74				
Termo de zinco	1.448	900	ton	C	1.843	US\$/ton	104	(0,5)		(0,1)	(0,5)

(*) oz – Onças troy

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.5 *Hedge* de investimentos líquido em entidades no exterior

A Companhia adota contabilidade de *hedge* para uma parcela dos investimentos no exterior (Nota 2.6 (c)).

A Companhia e suas controladas designaram como objeto de *hedge* os investimentos nas investidas VCEAA, VCNA, Cajamarquilla e US-Zinc, e como instrumento de *hedge* uma parcela de sua dívida denominada em euros e em dólar, no valor total equivalente a EUR 750 milhões (R\$ 2.420) (2012: EUR 750 milhões – R\$ 2.022), e US\$ 3.179 milhões (R\$ 7.447) (2012: US\$ 3.317 milhões – R\$ 6.778).

A Companhia documenta essa correlação e avalia a efetividade dos *hedges* de investimento líquido, tanto prospectivamente quanto retrospectivamente, em uma base trimestral.

O ganho em variação cambial na conversão das dívidas reconhecido como outros resultados abrangentes em 2013 foi de R\$ 1.352 (2012 – R\$ 670).

6.1.6 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de oferecer, de maneira consistente, retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode propor para aprovação do Conselho de Administração, a revisão do valor dos dividendos a serem pagos, a devolução do capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou a venda de ativos.

Um dos importantes indicadores pelo qual a Companhia monitora o capital baseia-se no índice de alavancagem financeira, apurado através da divisão entre a dívida líquida pelo EBITDA ajustado. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído ou adicionado o valor justo de contratos de derivativos. O EBITDA ajustado é calculado a partir do lucro líquido adicionando-se o resultado com equivalência patrimonial, a realização dos resultados abrangentes na baixa de investimentos, o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e contribuição social, mais depreciação, amortização e exaustão e os dividendos recebidos de investidas. São excluídos ainda da apuração do EBITDA ajustado os itens excepcionais considerados pela Administração.

Os índices de alavancagem financeira, considerando a base das informações do resultado acumulado anualizado, são assim resumidos:

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Empréstimos e financiamentos	22	23.435	22.291
Caixa e equivalentes de caixa	9	(2.498)	(2.971)
Valor justo de contratos derivativos	6.1.1	20	35
Aplicações financeiras	10	(4.133)	(3.134)
Dívida líquida (A)		<u>16.824</u>	<u>16.221</u>
		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício		238	87
Adições (exclusões):			
Equivalência patrimonial		74	148
Realização dos resultados abrangentes na baixa de investimentos			91
Resultado financeiro líquido - operações continuadas		1.612	1.518
Resultado financeiro líquido - operações descontinuadas		25	
Imposto de renda e contribuição social - operações continuadas		156	298
Imposto de renda e contribuição social - operações descontinuadas		(1)	
Depreciação, amortização e exaustão - operações continuadas		2.226	2.005
Depreciação, amortização e exaustão - operações descontinuadas		24	
EBITDA		<u>4.354</u>	<u>4.147</u>
Adições (exclusões):			
Dividendos recebidos		71	206
Itens excepcionais			
EBITDA - operações descontinuadas		1	
Opção de ações da Fibria	32	30	(53)
Perda na venda de investimentos - Yguazú			8
Ganho na combinação de negócios - VCEAA	32		(267)
Ganho na combinação de negócios - Artigas	32		(73)
Baixa por <i>impairment</i> de ágio	32	383	464
Provisão <i>impairment</i> - estoque		137	
Provisão <i>impairment</i> - imobilizado	32	403	94
Ganho na venda de investimento C+PA		(35)	
Valor justo do ativo biológico	20	34	2
Outros		14	8
EBITDA ajustado (B)		<u>5.392</u>	<u>4.536</u>
Índice de alavancagem financeira (A/B)		<u>3,12</u>	<u>3,58</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e derivativos:

	2013			2012		
	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total
Caixa e equivalentes de caixa						
AAA	815		815	1.193		1.193
AA+		64	64	236		236
AA				104		104
AA-		2	2			
A+		144	144		759	759
A		307	307		94	94
A-	1	149	150		10	10
BBB+		21	21			
BBB		419	419		257	257
BBB-		436	436		134	134
BB		37	37			
BB-		2	2			
B+		16	16		13	13
B					24	24
CCC+		1	1		6	6
Sem rating	4	80	84	2	139	141
	820	1.678	2.498	1.535	1.436	2.971
Aplicações financeiras						
AAA	2.574		2.574	1.401		1.401
AA+	668		668	679		679
AA				12		12
AA-	16		16		20	20
A+		30	30	5	369	374
A		130	130		70	70
A-		163	163	1	194	195
BBB		303	303		94	94
BBB-		100	100		29	29
BB+	1		1			
CCC+		23	23		40	40
Sem rating	125		125	140	80	220
	3.384	749	4.133	2.238	896	3.134
Ativos financeiros derivativos						
AAA	40		40	28		28
A+		2	2		10	10
A		24	24		34	34
A-		7	7		1	1
BBB+					5	5
BBB		35	35		8	8
	40	68	108	28	58	86
	4.244	2.495	6.739	3.801	2.390	6.191

Os ratings decorrentes de classificação interna e externa foram extraídos de agências de rating (Standard&Poor's, Moody's, Fitch). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da Standard&Poor's e Fitch.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Moeda nacional		
Caixa e bancos	29	19
Certificado de Depósito Bancário - CDB's	509	1.045
Operações compromissadas	282	471
	<u>820</u>	<u>1.535</u>
Moeda estrangeira		
Caixa e bancos	671	1.266
Certificados de depósitos	1.007	170
	<u>1.678</u>	<u>1.436</u>
	<u>2.498</u>	<u>2.971</u>

As aplicações financeiras em depósitos de prazo fixo possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor justo caso seja requerido resgate antecipado.

O rendimento médio da carteira do exercício findo em 31 de dezembro 2013 foi de 100,78% do CDI (2012 - 102,1% do CDI).

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Aplicações financeiras

Incluem ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, conforme discriminado a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Mantidos para negociação		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT's	402	390
Letras do Tesouro Nacional - LTN's	208	198
Quotas de fundos de investimento	5	2
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	155	174
Aplicações denominadas em moeda estrangeira	258	896
Certificado de Depósito Bancário - CDB's	25	18
Operações compromissadas	2.545	1.375
Outros	4	2
	<u>3.602</u>	<u>3.055</u>
Disponíveis para venda		
Aplicações denominadas em moeda estrangeira	491	
	<u>491</u>	
Mantidos até o vencimento		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT's		41
Quotas de fundos de investimento	26	
Certificado de Depósito Bancário - CDB's	14	23
Operações compromissadas		15
	<u>40</u>	<u>79</u>
	4.133	3.134
Circulante	<u>(4.092)</u>	<u>(3.055)</u>
Não circulante	<u>41</u>	<u>79</u>

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata. O rendimento médio da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de 100,13% do CDI (2012 - 102,1% do CDI).

11 Contas a receber de clientes

(a) Composição

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Clientes nacionais		854	674
Clientes estrangeiros		1.270	1.161
Partes relacionadas	15	111	142
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		<u>(90)</u>	<u>(55)</u>
		<u>2.145</u>	<u>1.922</u>

(b) Composição por moeda

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reais	891	743
Dólar Norte Americano	547	536
Dólar Canadense	170	184
Euro	143	118
Pesos Colombianos	87	80
Pesos Argentinos	64	60
Outras moedas	243	201
	<u>2.145</u>	<u>1.922</u>

(c) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo no início do exercício	(55)	(47)
Adições líquidas	(62)	(14)
Contas a receber de clientes baixados durante o exercício como incobráveis	29	10
Variações cambiais	(2)	(4)
Saldo no final do exercício	<u>(90)</u>	<u>(55)</u>

(d) Vencimentos de contas a receber

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Vencidos até 3 meses	287	437
Vencidos de 3 a 6 meses	49	112
Vencidos há mais de 6 meses	173	110
	<u>509</u>	<u>659</u>

12 Estoques

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Produtos acabados	559	606
Produtos semi acabados	1.510	1.389
Matérias-primas	577	578
Materiais auxiliares	848	834
Importações em andamento	187	248
Outros	78	40
Provisão para perdas (i)	(357)	(186)
	<u>3.402</u>	<u>3.509</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, a obsolescência de materiais no estoque que apresentam baixa expectativa de realização. Não há estoques dados como garantia de passivos.

Em 2013, a sociedade controlada Acerías Paz del Rio S.A., reavaliou a provisão para perdas dos estoques de escória fertilizante extra-muro e baseado nesta avaliação complementou a provisão em R\$ 155.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Tributos a recuperar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - IRPJ e CSLL (i)	586	497
	586	497
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre ativo imobilizado (ii)	165	174
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	563	549
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	52	41
Programa de Integração Social - PIS (iii)	109	29
Contribuição para o Financiamento da Seguridade social - COFINS (iii)	493	114
VAT - Imposto sobre Valor Adicionado (empresas no exterior)	245	248
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2	12
IRPJ/CSLL - Plano verão (iv)	267	
Outros (v)	184	132
	<u>2.666</u>	<u>1.796</u>
Circulante	<u>(1.048)</u>	<u>(1.209)</u>
Não circulante	<u>1.618</u>	<u>587</u>

- (i) Os créditos de IRPJ e CSLL referem-se a antecipações que serão compensadas, sem prazos prescricionais, com os mesmos tributos e contribuições incidentes sobre os resultados futuros num prazo estimado de até cinco anos.
- (ii) Os créditos de ICMS são resultantes da compra de ativo imobilizado (com prazo de realização de 48 parcelas mensais) e da aquisição de produtos consumíveis. Sua realização decorre da própria operação das controladas.
- (iii) Em 31 de março de 2013, a Companhia reclassificou os créditos de PIS e COFINS decorrentes da aquisição de ativo imobilizado, os quais eram anteriormente incluídos no custo de aquisição do ativo imobilizado e foram transferidos para impostos a recuperar. O montante reclassificado do ativo imobilizado para os impostos a recuperar foi de R\$ 513.
- (iv) Ao final de 2013, suportada por parecer e opinião de consultores jurídicos externos e internos os quais, entre outros fatores, tomaram como base os efeitos do instituto da repercussão geral, manifestado pelo Supremo Tribunal Federal, em julgamento ocorrido em processo da mesma natureza, a controlada CBA registrou o crédito, no montante de R\$ 267, decorrente de imposto de renda e contribuição social recolhidos a maior em virtude da não adoção dos expurgos inflacionários “correção monetária complementar sobre o Plano Verão”, apurados sobre o lucro do período-base de 1989.
- (v) Em razão de decisão com trânsito em julgado favorável, também ao final de 2013, a controlada CBA registrou complemento, no montante de R\$ 44, do crédito relativo ao Imposto sobre Lucro Líquido – ILL, períodos-base 1991 e 1992.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Ativos mantidos para venda

(a) Ativos mantidos para venda

	VCEAA/China		Imobilizado	Consolidado	
	2013	2012	Baraúna	2013	2012
Estoques	48	39		48	39
Ativo imobilizado	215	203	45	260	203
Ágio	280	333		280	333
Intangível	48	42		48	42
Outros ativos	152	84		152	84
	<u>743</u>	<u>701</u>	<u>45</u>	<u>788</u>	<u>701</u>

(b) Passivos relacionados a ativos mantidos para venda

	VCEAA/China		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a pagar	311	213	311	213
Outros passivos	47	27	47	27
Provisões	32	34	32	34
	<u>390</u>	<u>274</u>	<u>390</u>	<u>274</u>

(c) Resultado das operações descontinuadas

	<u>2013</u>
VCEAA/China	
Receita líquida	185
Custo dos produtos vendidos	<u>(210)</u>
Prejuízo bruto	(25)
Resultado financeiro líquido	<u>(25)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(50)
Imposto de renda e contribuição social	1
Prejuízo das operações descontinuadas	<u>(49)</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Operações da China

A Companhia não tem intenção de continuar suas operações na China, as quais foram adquiridas como parte da troca de ativos da Cimpor, conseqüentemente, esta operação foi classificada como mantida para venda desde 21 de dezembro de 2012. Embora estas operações tenham sido classificadas como mantidas para venda há mais de um ano, a Companhia continua a apresentar estas operações separadamente nesta categoria e o principal fator que contribui para o atraso da venda planejada é de natureza regulamentar, contudo a gestão ainda está totalmente comprometida para comercialização da operação e fechamento da venda.

Como as operações na China só foram adquiridas em 21 de dezembro de 2012 não foram aplicados ajustes retrospectivos para os períodos anteriores.

(e) Ativos Baraúna

A controlada VCNNE decidiu vender certos ativos (equipamentos industriais) que possui na cidade de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, os quais estão sendo negociados com a investida Mizú S.A., conseqüentemente esses ativos foram classificados como mantidos para venda desde 30 de setembro de 2013. A Administração espera realizar a venda dentro do período de um ano.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Partes relacionadas

	Contas a receber de clientes		Dividendos a receber		Ativo não circulante	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Sociedade controladora						
Votorantim Participações S.A. (i)					364	50
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Cia. de Cimento Itambé	14	19				
Citrosuco GmbH					148	180
Citrosuco S.A. Agroindústria (ii)		4		1	330	286
Citrovita Orange Juice GmbH (iii)					445	377
Fibria Celulose S.A.	5	8			1	1
Hailstone Limited					12	10
Ibar Administração e Participações Ltda.					5	5
Maré Cimento Ltda.	9	2	3			
Mineração Rio do Norte S.A.			4			
Mizú S.A.	6	5	1			
Polimix Concreto Ltda.	15	19	7			
Sitrel Siderúrgia Três Lagoas Ltda.	18	6				
ST. Helen Holding II B.V. (iv)					596	501
Sumter Cement Co LLC	1	23			3	
Superior Building Materials LL	9	3				
Supermix Concreto S.A.	23	28				
Suwannee American Cement LLC		23			62	
Verona Participações Ltda.			9			
Outras	11	2	4		11	1
	111	142	28	1	1.977	1.411
Circulante	(111)	(142)	(28)	(1)		
Não circulante					1.977	1.411

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Fornecedores		Dividendos a pagar		Passivo não circulante	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Sociedade controladora						
Votorantim Participações S.A. (v)			104	58	360	538
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Alumina do Norte do Brasil S.A.	25	9				
Fibria Celulose S.A.		31				
Hailstone Limited (vi)					332	284
LIT Mining Coöperatief U.A (vi)					153	
LIT Tele Ltda.					44	51
Sitrel Siderúrgia Três Lagoas Ltda.	18					
ST. Helen Holding II B.V.					24	20
Suwannee American Cement LLC	14	26				
Outras	4	5			3	
Acionistas não controladores			47	114		
	61	71	151	172	916	893
Circulante	(61)	(71)	(151)	(172)		
Não circulante					916	893

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Receita (despesa) financeira		Compras		Vendas	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Sociedade controladora						
Votorantim Participações S.A.	(19)	(14)				
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Alumina do Norte do Brasil S.A.			16			
Cia. de Cimento Itambé					1	15
Citrosuco S.A. Agroindústria	11	3			7	3
Citrovita Agroindustrial S.A. (viii)		5		259		6
Citrovita Agropecuária S.A. (viii)				101		
Citrovita Orange Juice GmbH	11	3				
Fibria Celulose S.A.		(1)			37	8
Hailstone Limited	(5)	(4)				
Maré Cimento Ltda.					66	55
Mizú S.A.					75	62
Polimix Concreto Ltda.			1		169	137
Sitrel Siderurgia Três Lagoas Ltda. (ix)			18		252	
Somix Concreto Ltda.					6	9
ST. Helen Holding II B.V.	20	19				
Superior Building Materials LL					27	
Supermix Concreto S.A.					306	328
Outras	(2)	8	2	13	2	72
	<u>16</u>	<u>19</u>	<u>37</u>	<u>373</u>	<u>948</u>	<u>695</u>

- (i) Refere-se substancialmente ao contas a receber originado pela venda de tributo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa para a controladora VPAR. Este tributo foi utilizado pela VPAR para pagamento do REFIS instituído pela Lei 12.865/2013.
- (ii) Refere-se a operações de pré-pagamento. A operação é atualizada à Libor semestral e spread de 2,75% ao ano.
- (iii) Saldo a receber da Citrovita Orange Juice GmbH. A operação é atualizada à Libor anual e spread de 2% ao ano.
- (iv) Refere-se a créditos da Votorantim GmbH, detidos junto à sociedade ST. Helen Holding II B.V.. A operação é atualizada a taxa de 6% ao ano.
- (v) Dívida da Votorantim GmbH, junto a sociedade Votorantim Participações S.A.. A operação é atualizada à taxa de 6% ao ano.
- (vi) Dívida da Votorantim GmbH, junto a sociedade Hailstone Limited.. A operação é atualizada à Libor mensal e spread de 1,5% ao ano.
- (vii) Dívida da Votorantim GmbH, junto a sociedade LIT Mining Coöperatief U.A.. A operação é atualizada à Libor anual e spread de 0,5% ao ano.
- (viii) Referem-se a operações comerciais junto a Citrovita. No final do ano de 2012, a Citrovita foi cindida na associação com a Citrosuco.
- (ix) Refere-se a operações comerciais entre a Sitrel e Votorantim Siderurgia S.A., relacionados substancialmente ao processo de laminação de vergalhões na planta da Sitrel, que entrou em operação em dezembro de 2012, utilizando como principal matéria prima, tarugos provenientes da Usina de Resende (RJ) da VS.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Opção de compra de ações

Nos termos dos Acordos de Investimento e de Acionistas da Fibria firmado em 2009, a VID tem o direito de adquirir até 9,33% de ações ordinárias da Fibria até 29 de outubro de 2014. O valor justo dessa “Opção de Compra” em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 127 (2012 – R\$ 157) e está registrado na rubrica “Opção de compra de ações”.

17 Outros ativos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Adiantamento a fornecedores	201	233
Despesas pagas antecipadamente	160	80
Créditos fiscais	158	126
Crédito de energia elétrica	151	89
Crédito com venda de participações societária	139	145
Adiantamentos a funcionários	75	66
Notas a receber	50	45
Créditos previdenciários	36	23
Cheques a compensar	17	40
Crédito na venda de ativo imobilizado	8	53
Outros créditos	70	136
	<u>1.065</u>	<u>1.036</u>
Circulante	<u>(710)</u>	<u>(529)</u>
Não circulante	<u>355</u>	<u>507</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Investimentos

(a) Composição

	Informações das investidas em 2013			Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	2013	2012	2013	2012
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Sirama Participações Administração e Transportes Ltda.	856	194	38,26	74	74	328	288
Cementos Avellaneda S.A.*	355	86	49,00	42	31	247	254
Cementos Bio Bio S.A. (b)	916	(78)	16,70	(13)	(20)	153	132
Alunorte - Alumina do Norte S.A. (b)	4.337	(558)	3,03	(17)	(18)	132	148
Maré Cimento Ltda. (a)	212	90	51,00	26	28	108	85
Polimix Concreto Ltda. (a)	307	37	27,57	(4)	9	85	93
Mineração Rio do Norte S.A. (b)	609	54	10,00	6	10	61	69
Cimento Portland S.A.	225	(2)	29,50			66	64
Supermix Concreto S.A.	216	29	25,00	7	17	54	56
Mizu S.A. (a)	76	9	51,00	1	9	39	38
Verona Participações Ltda.(a)	80	75	25,00	(3)	18	20	29
Polimix Cimento Ltda. (a)	30		51,00			15	15
Cementos Artigas S.A					14		
Cimpor Cimentos de Portugal SGPS S.A. (Nota 18 (e)(i))					(79)		
Outros investimentos				5	(20)	181	301
Joint ventures							
Fibria Celulose S.A.	14.445	(706)	29,42	(208)	(207)	4.250	4.452
Suwannee American Cement LLC	207	(25)	50,00	(13)		103	102
Sitrel Siderúrgica Três Lagoas Ltda.	176	47	50,00	23	(14)	88	60
				<u>(74)</u>	<u>(148)</u>	<u>5.930</u>	<u>6.186</u>

- (a) Referem-se ao valor de investidas da controlada Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.. Conforme termo de acordo de acionistas, a Companhia participa apenas de certas decisões financeiras e operacionais definidas no que diz respeito a determinadas matérias e de algumas atividades das investidas e, como tal, a Companhia não controla as entidades. Os dividendos são distribuídos em quantidades desproporcionais ao percentual de participação.
- (b) Referem-se a investidas nas quais a participação é menor que 20%, porém a Companhia exerce influência significativa sobre as atividades por meio de acordos estabelecidos entre acionistas.

(*) O investimento considera o montante de R\$ 72, referente ao ágio pago na aquisição de investimento.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Informações sobre as empresas investidas

Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras selecionadas de nossas principais coligadas e negócios em conjunto em 31 de dezembro de 2013:

	<u>% Total e</u> <u> votante</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio</u> <u> líquido</u>	<u>Lucro</u> <u>(prejuízo)</u> <u>operacional</u>	<u>Lucro líquido</u> <u>(prejuízo) do</u> <u>exercício</u>
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial						
Sirama Participações						
Administração e Transportes Ltda.	38,26	859	3	856		194
Cementos Avellaneda S.A.	49,00	521	166	355	118	86
Cementos Bio Bio S.A.	16,70	2.177	1.260	916	142	(78)
Alunorte - Alumina do Norte S.A.	3,03	7.529	3.192	4.337	(520)	(558)
Maré Cimento Ltda.	51,00	604	392	212	145	90
Polimix Concreto Ltda.	27,57	487	180	307	49	37
Mineração Rio do Norte S.A.	10,00	2.213	1.604	609	192	54
Cimento Portland S.A.	29,50	235	10	225	(3)	(2)
Supermix Concreto S.A.	25,00	507	291	216	25	29
Mizú S.A.	51,00	137	61	76	13	9
Verona Participações Ltda.	25,00	90	10	80		75
Polimix Cimento Ltda.	51,00	30		30		
Joint ventures						
Fibra Celulose S.A.	29,42	26.750	12.305	14.445	1.710	(706)
Suwannee American Cement LLC	50,00	245	38	207	(24)	(25)
Sitrel Siderúrgica Três Lagoas Ltda.	50,00	384	208	176	62	47

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação dos investimentos

	2013	2012
Saldo no início do exercício	6.186	7.573
Equivalência patrimonial	(74)	(148)
Aumento de capital em investidas	20	67
Aumento de capital na Fibria Celulose S.A.		407
Aquisição de participação da Avellaneda (Nota 18 (e) (iii))		122
Combinação de negócios - Cimentos Artigas S.A.		51
Alienação de investimentos	(113)	(226)
Troca de participação Cimpor (Nota 18 (e) (i))		(1.811)
Investimentos consolidados após obtenção de controle Antequera (Nota 18 (e) (vi))	(13)	
Variação cambial de investimentos no exterior	9	248
Dividendos	(88)	(197)
Investimentos não consolidados após obtenção de controle VCEAA (IFRS11)		108
Outros	3	(8)
Saldo no final do exercício	5.930	6.186

(d) Investimentos em empresas com ações cotadas em bolsas de valores

	2013		2012	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Cimentos Bio Bio S.A. (*)	153	108	132	131
Fibria Celulose S.A. (*)	4.250	4.506	4.452	3.667

(*) Calculado de forma proporcional à participação detida pela Companhia.

(e) Principais modificações em participações em investidas em 2013 e 2012

(i) Troca de participação no investimento CIMPOR

Em 25 de junho de 2012, a controlada VCSA firmou acordo de acionistas (“Acordo de Acionistas”) com a Inter Cement Áustria Holding GmbH, empresa do Grupo Camargo Correa, para trocar sua participação de 21,21% na Cimpor por participação controladora nas operações de entidades em seis países, Espanha, Turquia, Marrocos, Tunísia, China, Índia e uma jazida localizada no Peru.

Essa troca ocorreu em 21 de dezembro de 2012, quando foi transferida a participação de 21,21% que a controlada VCSA detinha na Cimpor para o Grupo Camargo Correa, recebendo em troca a propriedade e o controle sobre 100% da Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. (referida como “Votorantim Cimentos Europa, Ásia e África” ou “VCEAA”), uma holding controladora dos antigos negócios da Cimpor que opera na Espanha, Turquia, Marrocos, Tunísia, China e Índia. Os passivos da VCEAA em 21 de dezembro de 2012 também incluem os endividamentos da Cimpor e suas controladas no valor total do principal dos US\$ 434 milhões (R\$ 901, à taxa de câmbio aplicável de 21 de dezembro de 2012) assumida pela VCEAA em preparação para a troca de ativos.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A contraprestação transferida para esta participação de 100% na VCEAA foi avaliada em EUR 760 milhões (R\$ 2.077), com base no valor das 142.492.130 ações da Cimpor, avaliadas ao preço de EUR 5,33 por ação, que se refere ao preço de EUR 5,50 por ação definido na oferta pública da Camargo Correa, ajustado pelos dividendos recebidos da Cimpor entre 25 de junho e 21 de dezembro de 2012. O valor justo, no montante de EUR 817 milhões (R\$ 2.233) dos ativos líquidos da Cimpor foi avaliado por dois bancos de investimentos envolvidos na transação. A diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo do acervo líquido, este determinado pelos bancos, resultou em uma contraprestação adicional em caixa de EUR 57 milhões (R\$ 156), a qual foi liquidada em janeiro de 2013 e, em 31 de dezembro de 2012, foi registrada na rubrica de “contas a pagar para aquisição de participações” no passivo circulante. Como resultado, o total da contraprestação transferida é de R\$ 2.233. Não existem considerações contingentes como parte de Acordo de Acionistas. A aquisição da VCEAA resultou em uma combinação de negócios divulgada na Nota 18 (e) (v).

Como resultado desta troca de investimentos na Cimpor foi apurado ganho no montante de R\$ 267, apresentado na demonstração do resultado do exercício, correspondente à diferença entre o valor justo das ações transferidas no montante de R\$ 2.077 e o valor contábil do investimento na Cimpor de R\$ 1.811. Adicionalmente, em decorrência desta transação, a controlada VCSA reverteu imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 391 no resultado do exercício (Nota 30 (a)), e registrou prejuízo de R\$ 170, relacionado ao efeito de conversão e do hedge de investimento líquido na Cimpor, os mesmos eram registrados anteriormente no patrimônio líquido, sobre os quais a controlada VCSA registrava imposto de renda diferido passivo de R\$ 89.

(ii) Aquisição de participação na C+PA e Macau

Em 10 de janeiro de 2013, a Companhia por meio de sua controlada Votorantim Cimentos S.A. (“VCSA”), sem deter o controle, adquiriu participação de 48% na Cimentos e Produtos Associados S.A. (“C+PA”), uma entidade domiciliada em Portugal. O preço de compra foi de EUR 10,4 milhões (R\$ 27,9), dos quais o montante de EUR 4,0 milhões (R\$ 10,8) foi liquidado no segundo trimestre de 2013. A empresa C + PA detinha participação minoritária de 25% na Cimpor Macau - Companhia de Investimento S.A. (“Macau”) e atua na China. Esta participação na C+PA foi adquirida devido a suas participações em Macau e com o objetivo de ser vendida, razão pela qual o investimento na C+PA estava classificado como ativo mantido para venda.

Em 16 de abril de 2013, a Votorantim Cimentos S.A. (“VCSA”) alienou a participação de 48% na C+PA por EUR 23,3 milhões (R\$ 60,2), gerando ganho de EUR 12,8 milhões (R\$ 34,9), no mesmo momento que adquiriu participação de 20% na Macau da C+PA e uma participação adicional de 10% na Macau de outro acionista, pelo montante de EUR 14,5 milhões (R\$ 37,5), ambos os pagamentos efetuados no segundo trimestre de 2013. Como resultado, a controlada atualmente detém 80% na Macau, que está registrada contabilmente, de acordo com a IFRS 5 “Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas” pelo seu custo de aquisição que não excede seu valor justo menos o custo de venda. Essa aquisição é parte da estratégia da Votorantim Cimentos S.A. (“VCSA”) para facilitar a venda das operações da China. O ganho oriundo da alienação do investimento da C+PA foi registrado na rubrica “outras despesas operacionais, líquidas”, na demonstração de resultado.

Uma vez que a Votorantim Cimentos S.A. (“VCSA”) já possuía o controle das operações da Macau, o restante da participação adquirida foi contabilizada como uma transação entre acionistas. Sendo assim, a Votorantim Cimentos S.A. (“VCSA”) contabilizou no patrimônio líquido a diferença, no montante de R\$ 10 entre o valor pago de R\$ 38 e o valor contabilizado dos minoritários relacionados à Macau.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Aquisição de participação da Cimentos Avellaneda S.A.

Em 27 de dezembro de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada VCEAA adquiriu da Cimentos Molins S.A. (“Molins”), a participação adicional de 10,61% da Cimentos Avellaneda S.A. (“Avellaneda”), na Argentina. O valor pago em 18 de janeiro de 2013 foi de US\$ 60 (R\$ 122). Não há contraprestação contingente como parte do contrato de compra. A obrigação assumida sobre a referida aquisição foi apresentada na rubrica “Contas a pagar para aquisição de participações” em 31 de dezembro de 2012.

Em 3 de abril de 2013, a controlada VCSA adquiriu da Votorantim Andina S.A. (“VASA”), por meio de uma controlada de sua subsidiária VCEAA, participação adicional de 38,39% na Avellaneda, passando a deter 49% da investida. O montante da referida aquisição de participação adicional foi de EUR 102,7 (R\$ 267,2). O valor que a VCSA tinha a receber da VID, referente a venda da Votorantim Investimentos Latino Americanos S.A. (“VILA”), foi compensado com o contas a pagar oriundo da aquisição da Avellaneda, não afetando o caixa da VCSA. Como a VCSA não obteve controle da Avellaneda, a participação adicional foi contabilizada pelo valor de custo, que foi o valor da operação.

(iv) Combinação de negócios – Artigas

Em 27 de dezembro de 2012, a Companhia por meio de sua controlada VCEAA adquiriu da Molins, a participação adicional de 12,61% da Artigas, no Uruguai, pelo montante de R\$ 51 (US\$ 25 milhões). A partir desta data, a Companhia passou a deter o controle e a consolidar a Artigas. Foi utilizado o método de combinação de negócios para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos e a participação de não controladores.

A Companhia reavaliou sua participação anterior de 38,39% na Artigas pelo valor justo na data da aquisição e reconheceu no resultado do período o ganho resultante:

Ações ordinárias detidas antes da combinação de negócios - em milhões	374
Preço da ação em 27 de dezembro de 2012 (conforme contrato de compra e venda)	<u>0,43</u>
Valor justo da participação inicial detida na Artigas	160
(-) Saldos contábeis em 27 de dezembro de 2012	
Custo contábil do investimento	<u>87</u>
Resultado bruto da avaliação ao valor justo da participação inicial	<u>73</u>
Preço de compra considerado	
Valor pago pela compra de participação adicional	51
Valor justo da participação inicial na Artigas	160
Valor justo da participação de não controladores na data da aquisição	<u>207</u>
	418
(-) Valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Valor justo total dos ativos líquidos adquiridos	<u>483</u>
(+) IR e CS diferidos oriundos de diferenças temporárias na data de aquisição	<u>76</u>
(=) Ágio fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura de investimentos	<u>11</u>

A obrigação assumida sobre a referida aquisição foi reconhecida na rubrica de “contas a pagar para aquisição de participações” no passivo circulante, liquidada no início de 2013. Os custos relacionados com a transação não foram relevantes.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Combinação de negócios VCEAA

Conforme descrito na Nota 18 (e) (i), em 21 de dezembro de 2012, a sociedade controlada Votorantim Cimentos S.A. (“VCSA”) adquiriu participação de 100% na VCEAA, uma empresa com operações na Espanha, Marrocos, Tunísia, Turquia, Índia e China. A controlada VCSA concluiu a alocação do preço de compra relativo a essa aquisição durante 2013. A tabela a seguir resume a contraprestação transferida e o valor justo final dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

	Valor justo reconhecido na data de aquisição	Ajustes PPA	Valor justo final
Imobilizado	1.596	101	1.697
Intangível	218		218
Estoques	261		261
Contas a receber (i)	302		302
Caixa e equivalente de caixa	149		149
Outros ativos	174		174
	2.700	101	2.801
Empréstimos e financiamentos (iii)	948		948
Contas a pagar	218		218
Impostos a pagar	69		69
Provisões	87		87
Impostos diferidos (ii)	204	20	224
Outros passivos	15		15
	1.541	20	1.561
Participação de não controladores	69	2	71
Acervo líquido adquirido	1.090	79	1.169
Ágio na aquisição	1.144	(83)	1.061
Total da contraprestação transferida	2.234	(4)	2.230
<i>(parte em caixa)</i>	<i>(156)</i>		<i>(156)</i>

(i) O valor de mercado, bem como o montante bruto a receber é de R\$ 399 e inclui provisão de R\$ 97 para valores incobráveis.

(ii) Inclui o montante de R\$ 99 referente a impostos diferidos sobre a diferença entre o valor justo e a base tributária relacionada principalmente ao ativo imobilizado e recálculo do valor justo dos ativos e passivos.

(iii) Inclui US\$ 434 milhões (R\$ 901) da dívida da Cimpor assumida pela VCEAA.

O ganho da avaliação do valor justo da participação inicial na Cimpor de R\$ 267 foi registrado contabilmente no exercício de 2012, na rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas”.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O ágio de R\$ 1.061 refere-se principalmente a benefícios que a Companhia pode atingir referente a intangíveis identificados e que não atendam o critério para reconhecimento contábil, tais como força de trabalho e relacionamentos não contratuais com clientes, assim como os ganhos que a Companhia espera atingir quando da implementação de seu modelo de gestão operacional. O ágio é baseado em análises internas e independentes de projeções de fluxo de caixa e previsões de mercado que a Administração acredita serem apropriadas para embasá-lo. Espera-se que o ágio reconhecido seja deduzido do montante reconhecido nos livros fiscais e que será realizado na eventual alienação da subsidiária.

Considerando o tempo curto entre a consumação da transação em 21 de dezembro de 2012 e a data de encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, os resultados produzidos pela VCEAA foram consolidados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Os custos de aquisição de R\$ 12 foram desconsiderados do montante da contraprestação transferida e foram reconhecidos como despesas do exercício corrente, na rubrica de “outras despesas operacionais, líquidas”, na demonstração de resultados consolidada.

Durante 2013, a Companhia realizou um ajuste relacionado a valores provisórios reconhecidos na data de aquisição para refletir novas informações obtidas sobre fatos e circunstâncias relacionadas com o ativo imobilizado da empresa adquirida que existiam na data de aquisição e, se conhecido, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos naquela data. O ajuste de medição teve um efeito de R\$ 101 em imóveis, instalações e equipamentos com um ajuste correspondente ao ágio (intangível). Esse ajuste foi processado retrospectivamente no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012. Além disso, a despesa de depreciação relativa à propriedade do ativo imobilizado aumentou em R\$ 8 para o ano de 2013.

(vi) Combinação de negócios Antequera S.A.

Em 31 de maio de 2013, a controlada VCSA, por meio da subsidiária VCEAA, adquiriu de vários acionistas, participação de 61,59% na Cimentos Antequera S.A. (localizada na Espanha) pelo montante de EUR 8 milhões (R\$ 22). Após essa compra a VCSA passou a deter 84,67% de participação nessa empresa e, não apresentou contraprestação contingente como parte do contrato de compra. Essa aquisição foi registrada na VCEAA, considerando a norma de combinação de negócios adquiridos em etapas de acordo com o IFRS 3 (“*Business combination achieved in stages - step acquisitions*”), a qual gerou ágio (“*goodwill*”) de EUR 685 mil (R\$ 2).

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Imobilizado

(a) Composição e movimentação

	2013								
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	1.606	8.715	26.141	1.128	166	4.168	565	415	42.904
Depreciação acumulada	(99)	(2.697)	(12.668)	(788)	(115)		(238)	(336)	(16.941)
Saldo líquido no início do exercício	1.507	6.018	13.473	340	51	4.168	327	79	25.963
Saldo no início do exercício	1.507	6.018	13.473	340	51	4.168	327	79	25.963
Adição	26	17	160	54	1	2.123	7	6	2.394
Baixa	(129)	(3)	(21)	(3)	(1)	(8)	(2)	(6)	(173)
Depreciação	(4)	(233)	(1.280)	(116)	(11)		(19)	(24)	(1.687)
Variação cambial	64	154	380	19	1	76	16		710
Efeito de controladas incluídas (excluídas) na consolidação	(8)	69	(59)	10		6	4		22
Provisão para perda do valor recuperável	(5)	1				(399)			(403)
Reclassificação para ativos mantidos para venda			105						105
Transferências para tributos a recuperar (Nota 13)	(6)	(191)	(310)	(4)	(1)		(1)		(513)
Transferências	131	483	2.133	57	13	(2.817)	(111)	7	(104)
Saldo no final do exercício	1.576	6.315	14.581	357	53	3.149	221	62	26.314
Custo	1.618	9.287	28.581	1.253	177	3.149	401	417	44.883
Depreciação acumulada	(42)	(2.972)	(14.000)	(896)	(124)		(180)	(355)	(18.569)
Saldo líquido no final do exercício	1.576	6.315	14.581	357	53	3.149	221	62	26.314
Taxas médias anuais de depreciação - %	3	3	14	15	10		6	10	

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012								
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	1.204	7.692	19.864	888	129	4.103	519	417	34.816
Depreciação acumulada	(22)	(2.356)	(8.348)	(595)	(84)		(210)	(329)	(11.944)
Saldo líquido no início do exercício	1.182	5.336	11.516	293	45	4.103	309	88	22.872
Saldo no início do exercício	1.182	5.336	11.516	293	45	4.103	309	88	22.872
Adição	31	15	135	28	1	2.533	10		2.753
Baixa	(2)	(13)	(31)	(10)					(56)
Depreciação	(15)	(200)	(1.243)	(99)	(7)		(20)	(7)	(1.591)
Variação cambial	87	87	244	21	4	80	16		539
Efeito de controladas incluídas (excluídas) na consolidação	211	238	1.162	19	2	114		(1)	1.745
Provisão para perda do valor recuperável						(94)			(94)
Reclassificação para ativos mantidos para venda		(1)	(1)						(2)
Transferências	13	556	1.691	88	6	(2.568)	12	(1)	(203)
Saldo no final do exercício	1.507	6.018	13.473	340	51	4.168	327	79	25.963
Custo	1.606	8.715	26.141	1.128	166	4.168	565	415	42.904
Depreciação acumulada	(99)	(2.697)	(12.668)	(788)	(115)		(238)	(336)	(16.941)
Saldo líquido no final do exercício	1.507	6.018	13.473	340	51	4.168	327	79	25.963
Taxas médias anuais de depreciação - %	3	2	17	18	10		6	5	

A Companhia não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. O montante consolidado relativo aos ativos dados em garantia de empréstimos está descrito na Nota 22 (f).

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Obras em andamento

O saldo de imobilizado em andamento é composto principalmente de projetos de expansão e otimização das Empresas industriais, conforme descrito a seguir:

Segmento	2013	2012
Cimentos	1.420	2.103
Metais	1.093	1.331
Siderurgia	468	380
Mineração Peru	164	352
Outros	4	2
	3.149	4.168

Apresentamos abaixo os principais projetos em andamento por segmento de negócio:

Principais projetos em andamento - Cimentos	2013	2012
Nova unidade em Edealina - GO (i)	264	133
Nova unidade em Primavera - PA	148	42
Nova unidade em Cuiabá - MT (ii)	100	503
Remoção de estéril - cimentos	81	56
Nova fábrica Vidal Ramos/SC	81	50
Nova linha de produção em Rio Branco - PR (iii)	46	530
Nova unidade em Ituaçu - BA	45	12
Novas linhas de coprocessamento	38	10
Moagem de cimentos em Santa Helena - SP	8	19
Nova unidade em Xambioá - TO	5	
Nova linha de produção em Salto de Pirapora - SP	3	26
Nova unidade em Sobral - CE	3	
Modernizações no porto de Imbituba - SC	1	2
Moagem de cimento em Laranjeiras - CE	1	3

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Principais projetos em andamento - Metais	2013	2012
Ferro níquel (iv)	160	559
Polimetálicos	119	132
Forno de calcinação	88	88
Projeto expansão Vazante	80	56
Sala fornos (v)	66	58
Alumina rondon	60	7
Expansão alumina	32	31
Moinho de barras	12	12

Principais projetos em andamento - Siderurgia	2013	2012
Zona de expansão 1	122	91
Projeto expansão Resende	79	43
Projeto expansão Barras Mansa	41	26
Projeto substituição regenerador de alto forno	28	17
Projeto zona franca	14	
Projeto mertelo triturador de sucata	10	12
Projeto expansão florestal	9	19
Pesquisas Geológicas		48

Principais projetos em andamento - Mineração Peru	2013	2012
Projeto Central Hidroelétrica "Pucurhuay"	32	44
Projeto Cerro Lindo Fase III (vi)	29	212

- (i) Expansão da capacidade de cimentos com a nova unidade da Companhia sediada em Edealina – GO. Projeto em andamento, porém em fase de execução que contempla como principais processos e equipamentos industriais a mineração, britagem de calcário, moagens, forno e torre de ciclone, filtro de mangas, silos de estocagem, ensacadeiras, paletizadoras, subestação e salas elétrica.
- (ii) Em janeiro de 2013, a unidade da Votorantim Cimentos sediada em Cuiabá - MT entrou em operação, realizando a ativação parcial do saldo do imobilizado em andamento. Os principais bens ativados foram fornos de clínquer, torres, estação de britagem e moagem, galpões para estocagem, linhas de transmissão, tubulações, torres de ciclone, moinho vertical, sistema de transporte, moinho de bolas, moinho de cimento, forno resfriador, britadores, ensacadeira e paletizadora.
- (iii) Em maio de 2013, a linha de produção da Votorantim Cimentos sediada em Rio Branco do Sul – PR, entrou em operação, realizando a ativação parcial do saldo do imobilizado em andamento. O principal bem ativado foi um forno de clínquer, que contempla a nova extensão da fábrica.
- (iv) No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, após avaliação da Administração, foi provisionado o montante de R\$ 405 como provisão para redução ao valor recuperável, uma vez que a Administração entendeu que o valor contábil do ativo excedia o seu valor recuperável. O valor do *impairment* está demonstrado na movimentação de imobilizado (Nota 19 (a)), e foi reconhecido contabilmente na rubrica “Outras despesas operacionais líquidas” na demonstração de resultado do exercício (Nota 32).

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, após emissão de laudo técnico de avaliação, foram baixados bens no montante de R\$ 74, saldo este com provisão de *impairment* constituída, uma vez que estes bens estavam deteriorados decorrentes da paralização da obra. Adicionalmente, a Administração realizou criteriosa avaliação sobre os bens remanescentes desse projeto, onde foram revertidos R\$ 35 do montante provisionado de *impairment*, uma vez que a Administração entendeu que os mesmos serão reaproveitados em outros projetos da Companhia, totalizando o saldo de *impairment* do projeto em R\$ 30 (2012 - 139). O valor da reversão da provisão de *impairment* está demonstrado na movimentação de imobilizado (Nota 19 (a)).
- (vi) Em janeiro de 2013, a unidade da Votorantim Metais no segmento mineração sediada na cidade de Ica - Peru, entrou em operação realizando ativação parcial do saldo de imobilizado em andamento, onde os principais bens ativados foram as estações de britagem e moagem.

20 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas em formação, as quais encontram-se localizadas, substancialmente, na região de Minas Gerais.

A conciliação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo no início do exercício	151	159
Adições	26	26
Exaustão	(34)	(32)
Alteração no valor justo (i)	(34)	(2)
Saldo no final do exercício	<u>109</u>	<u>151</u>

- (i) Na determinação do valor justo dos ativos biológicos, as projeções estão baseadas em um único cenário projetivo, com produtividade e área de plantio.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2013 são as que seguem:

- O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade das áreas objeto de avaliação.
- O volume de produção de “madeira em pé” de eucalipto a ser cortada foi estimado considerando a produtividade média por m³ de madeira de cada plantação por hectare na idade de corte. A produtividade média varia em função do material genético, condições edafo-climáticas (clima e solo) e dos tratamentos silviculturais.
- O preço líquido médio de venda foi projetado com base no preço estimado para eucalipto no mercado local, preço praticado em contratos, ajustado para refletir o preço da “madeira em pé” por região.
- O custo padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato competição, combate e formigas e outras pragas, adubamento, manutenção de estradas, insumos e serviços de mão de obra. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes, bem como os ativos que contribuem, tais como o ativo imobilizado e terras próprias, considerando uma taxa média de remuneração de 4,5% a.a. (taxa média de depreciação de 5,6%). Para taxa de desconto foi considerado 9,67% (2012 – 9,67%).

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Intangível

(a) Composição e movimentação

	2013							
	Ágios	Direitos sobre recursos naturais	Direitos sobre marcas e patentes	Software	Uso do bem público (Nota 28)	Contratos e relação com clientes e acordos	Outros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	4.704	6.036	201	304	786	292	758	13.081
Amortização acumulada		(584)	(116)	(209)	(331)	(121)	(320)	(1.681)
Saldo líquido no início do exercício	4.704	5.452	85	95	455	171	438	11.400
Saldo no início do exercício	4.704	5.452	85	95	455	171	438	11.400
Adição		16		9			89	114
Baixa	(2)	(27)	(10)				(9)	(48)
Amortização e exaustão		(343)	(29)	(22)	(19)	(19)	(73)	(505)
Variação cambial	418	610	21	8		25	55	1.137
Efeito de controladas incluídas (excluídas) na consolidação	44	30					(12)	62
Provisão para perda do valor recuperável	(383)							(383)
Reavaliação das premissas do fluxo de caixa (Nota 29)		(119)						(119)
Transferências		129	(6)	6			(40)	89
Saldo no final do exercício	4.781	5.748	61	96	436	177	448	11.747
Custo	4.781	6.613	242	340	538	331	831	13.676
Amortização acumulada		(865)	(181)	(244)	(102)	(154)	(383)	(1.929)
Saldo líquido no final do exercício	4.781	5.748	61	96	436	177	448	11.747
Taxas médias anuais de amortização - %		5	15	20	4	7	11	

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012							
	Ágios	Direitos sobre recursos naturais	Direitos sobre marcas e patentes	Software	Uso do bem público (Nota 28)	Contratos e relação com clientes e acordos	Outros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	4.272	4.770	223	204	559	266	608	10.902
Amortização acumulada		(349)	(49)	(124)	(79)	(88)	(240)	(929)
Saldo líquido no início do exercício	<u>4.272</u>	<u>4.421</u>	<u>174</u>	<u>80</u>	<u>480</u>	<u>178</u>	<u>368</u>	<u>9.973</u>
Saldo no início do exercício	4.272	4.421	174	80	480	178	368	9.973
Adição	758	29	1	1			62	851
Baixa	(44)		(96)		(6)			(146)
Amortização e exaustão		(208)	(9)	(42)	(19)	(26)	(78)	(382)
Variação cambial	185	421				15	9	630
Efeito de controladas incluídas (excluídas) na consolidação	(3)	374	17	5				393
Provisão para perda do valor recuperável	(464)							(464)
Reavaliação das premissas do fluxo de caixa (Nota 29)		387						387
Transferências		28	(2)	51		4	77	158
Saldo no final do exercício	<u>4.704</u>	<u>5.452</u>	<u>85</u>	<u>95</u>	<u>455</u>	<u>171</u>	<u>438</u>	<u>11.400</u>
Custo	4.704	6.036	201	304	786	292	758	13.081
Amortização acumulada		(584)	(116)	(209)	(331)	(121)	(320)	(1.681)
Saldo líquido no final do exercício	<u>4.704</u>	<u>5.452</u>	<u>85</u>	<u>95</u>	<u>455</u>	<u>171</u>	<u>438</u>	<u>11.400</u>
Taxas médias anuais de amortização - %		5	15	20	4	7	11	

O ágio está líquido dos valores alocados para as operações da controlada VCEAA na China incluídos no balanço patrimonial em “ativos classificados como mantido para venda”.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ágios decorrentes de aquisições

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Alumínio</u>		
Campos Novos Energia S.A.	57	57
Metalex Ltda.	49	49
Rio Verdinho Energia S.A.	29	29
Machadinho Energética S.A.	15	15
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	7	7
	<u>157</u>	<u>157</u>
<u>Cimentos</u>		
Segmento Europeu		
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L.	912	771
Segmento Norte Americano		
Votorantim Investimentos Internacionais S.A.	774	774
Prairie Material Sales Inc.	469	409
St. Marys Cement Inc.	289	266
Prestige Guniting Inc.	164	143
Florida JVs	97	85
Segmento Brasileiro		
Companhia de Cimento Ribeirão Grande	206	206
Engemix S.A.	76	76
Mineração Potilider Ltda.	71	71
Petrolina Zeta Mineração Ltda.	14	14
Pedreira Pedra Negra Ltda.	12	12
CJ Mineração Ltda.	16	16
SPCIM Ind. Comércio e Part. S.A.		2
Outros		
Cementos Artigas S.A.	11	11
Outros	4	8
	<u>3.115</u>	<u>2.864</u>
<u>Siderurgia</u>		
Acerbrag S.A.	188	194
	<u>188</u>	<u>194</u>
<u>Zinco</u>		
Compañía Minera Milpo S.A.A.	1.068	1.274
Votorantim Metais - Cajamarquilla S.A.	217	189
UsZinc Corporation	20	18
	<u>1.305</u>	<u>1.481</u>
<u>Holdings e outras</u>		
Outros	16	8
	<u>16</u>	<u>8</u>
	<u>4.781</u>	<u>4.704</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Teste do ágio para verificação de *impairment*

Ao fim do exercício de 2013, a Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ágios, com base em seu valor em uso ou valor justo, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para cada segmento de negócio. O processo de avaliação do valor em uso e valor justo envolve a utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Administração.

Conforme demonstrado na Nota 21 (b), os ágios são alocados às empresas identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os cálculos do valor em uso têm como premissas as projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e como base os orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período projetado para os próximos cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa, para o período excedente aos cinco anos, foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas que apresentamos a seguir. A taxa de crescimento não ultrapassa a média de longo prazo para o setor de atuação de cada segmento.

A Companhia determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o crescimento de cada negócio. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios de cada setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

Os cálculos do valor justo foram baseados no modelo de fluxo de caixa descontado, e têm como base premissas de mercado.

Os resultados dos testes apresentaram valores recuperáveis dos ágios superiores aos registrados contabilmente, exceto para o ágio registrado na Cajamarquilla, decorrente da aquisição do controle da Milpo, que indicou a necessidade de *impairment* no montante de R\$ 381, e SPCIM que indicou necessidade de *impairment* de R\$ 2, reconhecidos contabilmente na rubrica "Outras despesas operacionais líquidas" na demonstração de resultado do exercício de 2013.

Segmento alumínio

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa do segmento alumínio foi apurado com base no valor em uso.

As UGC's mais significativas para as quais os ágios foram alocados são Campos Novos Energia S.A. e Metalex Ltda.. Os pressupostos fundamentais utilizados para determinar o cálculo do valor em uso de UGC's, são as seguintes:

	2013		2012	
	Campos Novos Energia S.A.	Metalex Ltda.	Campos Novos Energia S.A.	Metalex Ltda.
Margem bruta	82,28%	16,35%	82,24%	26,47%
Taxa de desconto	6,90%	9,32%	9,86%	9,86%

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segmento cimentos

(i) Segmento brasileiro

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa do segmento brasileiro foi apurado com base no valor em uso.

A UGC mais significativa para as quais o ágio foi alocado era a Companhia Cimento Ribeirão Grande (“CCRG”). Os pressupostos fundamentais utilizados para determinar o cálculo do valor em uso de UGC’s, são as seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Margem bruta	31,30%	29,50%
Taxa de crescimento	0,00%	0,00%
Taxa de desconto	8,12%	8,17%

(ii) Segmento Norte Americano

O valor recuperável da unidade geradora de caixa do segmento norte americano foi apurado com base no valor justo, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, considerando premissas de mercado, as quais foram as seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Margem bruta	20,70%	19,90%
Taxa de crescimento	1,00%	0,00%
Taxa de desconto	6,76%	6,90%

(iii) Segmento Europa, Ásia e África

O valor recuperável da unidade geradora de caixa europeia foi apurado com base no valor em uso.

As principais premissas utilizadas para esse segmento foram as seguintes:

	<u>2013</u>
Margem bruta	28,29%
Taxa de crescimento	0,00%
Taxa de desconto	8,38%

Segmento siderurgia

O valor recuperável da unidade geradora de caixa do segmento siderurgia foi apurado com base no valor em uso.

A UGC para qual o ágio foi alocado é Acerbrag S.A.. Os pressupostos fundamentais utilizados para determinar o cálculo do valor em uso de UGC’s, são as seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Margem bruta	18,52%	19,56%
Taxa de desconto	20,53%	14,29%

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segmentos zinco e mineração

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa do segmento zinco foi apurado com base no valor em uso e valor justo.

As UGC's mais significativas para as quais os ágios foram alocados são Votorantim Metais - Cajamarquilla S.A. e Compañía Minera Milpo S.A.A.. Os pressupostos fundamentais utilizados para determinar o cálculo do valor em uso e valor justo de UGC's, são as seguintes:

	<u>Votorantim Metais - Cajamarquilla S.A.</u>	<u>Compañía Minera Milpo S.A.A.</u>
Margem EBITDA	12,00%	49,00%
Taxa de crescimento	0,00%	3,00%
Taxa de desconto	10,97%	9,94%

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Total	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
Moeda nacional							
BNDDES	4,78% Pré BRL / TJLP + 2,62%	692	652	2.224	2.527	2.916	3.179
FINAME	4,42% Pré BRL / TJLP + 2,59%	24	22	126	89	150	111
Debêntures	111,10% CDI	126	91	5.341	4.849	5.467	4.940
Nota de crédito exportação	8,00% Pré BRL	1		230		231	
Agência de fomento	8,50% Pré BRL / TJLP + 3,50%	5	4	53	18	58	22
Outros		16	16	14	32	30	48
Sub-total		864	785	7.988	7.515	8.852	8.300
Moeda estrangeira							
BNDDES	UMBNDDES + 2,37%	132	105	430	407	562	512
Agência de fomento	LIBOR USD + 1,38%	19	12	130	122	149	134
Eurobonds - USD	6,73% Pré USD	116	103	7.526	6.509	7.642	6.612
Eurobonds - EUR	5,25% Pré EUR	86	71	2.424	2.022	2.510	2.093
Empréstimos sindicalizados	LIBOR USD + 1,22%	82	228	831	1.923	913	2.151
Créditos de exportação (pré-pagamento)	LIBOR USD + 1,43%	140	2	2.547	2.339	2.687	2.341
Capital de giro	DTF + 1,78%	51	10			51	10
Outros		27	80	42	58	69	138
Sub-total		653	611	13.930	13.380	14.583	13.991
		1.517	1.396	21.918	20.895	23.435	22.291
Juros sobre empréstimos e financiamentos		351	287				
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos captados a longo prazo		1.116	1.053				
Empréstimos e financiamentos captados a curto prazo		50	56				
		1.517	1.396				

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

BRL – Moeda Nacional (Real)

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

EUR – Moeda da União Europeia (Euro)

FINAME – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais

LIBOR – *London Interbank Offered Rate*

TJLP – Taxa de juros de longo prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional. É o custo básico de financiamentos do BNDES

UMBNDDES – Unidade monetária do BNDES. É uma cesta de moedas que representa a composição das obrigações em moeda estrangeira do BNDES. Em 31 de dezembro de 2013, o dólar norte-americano representou 98% dessa composição.

USD – Dólar norte-americano

DTF – Taxa de depósito a prazo

(b) Vencimento

O perfil dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013 é demonstrado a seguir:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	A partir de 2024	Total
Moeda nacional												
BNDES	692	667	555	409	280	142	42	36	29	17	47	2.916
FINAME	24	24	24	20	14	12	11	11	9	1		150
Debêntures	126	6	506	3	2.523	1.404	643	243	3	3	7	5.467
Nota de crédito exportação	1		230									231
Agência de fomento	5	6	9	5	5	5	5	5	5	5	3	58
Outros	16	9	2			3						30
Sub-total	864	712	1.326	437	2.822	1.566	701	295	46	26	57	8.852
%	9,76	8,04	14,98	4,94	31,88	17,69	7,92	3,33	0,52	0,29	0,64	
Moeda estrangeira												
BNDES	132	134	119	89	58	25	4	1				562
Agência de fomento	19	18	17	17	17	18	18	13	8	4		149
Eurobonds - USD	116					1.962	365	1.451		820	2.928	7.642
Eurobonds - EUR	86			2.424								2.510
Empréstimos sindicalizados	82	482	75	75	199							913
Créditos de exportação (pré-pagamento)	140	467	660	660	550	210						2.687
Capital de giro	51											51
Outros	27	18	11	1	1	1	1	1	1	2	5	69
Sub-total	653	1.119	882	3.266	825	2.216	388	1.466	9	826	2.933	14.583
%	4,48	7,67	6,05	22,40	5,66	15,20	2,66	10,05	0,06	5,66	20,11	
Total	1.517	1.831	2.208	3.703	3.647	3.782	1.089	1.761	55	852	2.990	23.435
%	6,47	7,81	9,42	15,80	15,56	16,14	4,65	7,51	0,23	3,64	12,76	

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo no início do exercício	22.291	19.247
Captações	3.442	4.530
Juros	1.346	1.357
Variação cambial	2.180	1.393
Pagamentos - principal	(4.390)	(3.778)
Pagamentos - juros	(1.417)	(1.389)
Efeito de controladas incluídas na consolidação		931
Realização de valor justo de combinação de negócios	(17)	
Saldo no final do exercício	<u>23.435</u>	<u>22.291</u>

(d) Composição por moeda

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Real	8.852	8.300
Dólar Norte Americano	11.521	11.055
Euro	2.510	2.119
Cestas de moedas	466	466
Outras	86	351
Total	<u>23.435</u>	<u>22.291</u>

(e) Composição por indexador

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Moeda local		
CDI	5.467	4.940
TJLP	2.734	2.994
Taxa pré-fixada	651	365
Outras		1
	<u>8.852</u>	<u>8.300</u>
Moeda estrangeira		
LIBOR	3.721	4.195
UMBNDDES	562	511
Taxa pré-fixada	10.241	8.924
Outras	59	361
	<u>14.583</u>	<u>13.991</u>
Total	<u>23.435</u>	<u>22.291</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Garantias

Em 31 de dezembro de 2013, R\$ 10.034 (2012 – R\$ 9.298) de saldo de empréstimos e financiamentos estavam garantidos por notas promissórias e avais da Companhia ou de suas controladas, enquanto R\$ 150 (2012 – R\$ 111) estavam garantidos por bens do ativo imobilizado em função de alienação fiduciária.

(g) Obrigações contratuais / Índices financeiros

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos ao cumprimento de certos índices financeiros (“covenants”), como (i) Índice de Alavancagem Financeira (Dívida Líquida/ Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - “EBITDA Ajustado”); (ii) Índice de Capitalização (Dívida Total/(Dívida Total + Patrimônio Líquido) ou Patrimônio Líquido/ Ativo Total); (iii) Índice de Cobertura de Juros ((Caixa + EBITDA Ajustado)/(Juros + Dívida de Curto Prazo)). Quando aplicáveis, tais obrigações são padronizadas para todos os contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas atenderam a todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis.

(h) Captações

Por meio de captações e pagamentos antecipados de certas dívidas, a Companhia busca alongar o prazo médio dos vencimentos bem como equilibrar a exposição a diferentes moedas dos empréstimos e financiamentos a sua geração de caixa nestas moedas.

As principais captações efetuadas foram as seguintes:

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as controladas da Companhia contrataram operações com o BNDES R\$ 578 (2012 – R\$ 603) para financiar seus projetos de expansão e modernização, incluindo compra de máquinas e equipamentos ao custo médio de TJPL + 2,75% a.a. (2012 – TJLP +2,81% a.a.)
- (ii) Em dezembro de 2013, a controlada VCSA efetuou sua sexta emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, sem garantia real ou fidejussória. As debêntures foram distribuídas com esforços restritos de colocação e com dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A emissão no valor de R\$ 500, com vencimento em fevereiro de 2019, tem remuneração de 109,03% do CDI. Os recursos da emissão foram utilizados para amortização da 1ª série da primeira emissão pública de debêntures da Companhia no valor de R\$ 500.
- (iii) Em setembro de 2013, a Companhia efetuou sua primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, sem garantia real ou fidejussória. As debêntures foram distribuídas com esforços restritos de colocação e com dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A emissão no valor de R\$ 500, com vencimento em setembro de 2016, tem remuneração de 107,2% do CDI.
- (iv) Em abril de 2013, a VCNA estendeu o prazo final de vencimento de seu empréstimo sindicalizado até 31 de maio de 2018. As demais condições contratuais permanecem inalteradas.
- (v) Em março de 2013, a controlada Milpo emitiu Bonds em dólar no valor de US\$ 350 milhões com vencimento em março de 2023 e juros (cupom) semestrais de 4,625% a.a.. A emissão tem rating “BBB-” da Standard&Poor’s e “BBB” da Fitch.
- (vi) Em fevereiro de 2013, a controlada Companhia Brasileira de Alumínio S.A. (“CBA”) firmou contratos de Nota de Crédito de Exportação no montante total de R\$ 230. O prazo de amortização é de 3 anos com incidência de juros de 8% a.a. Estas operações estão vinculadas a swaps com o objetivo de alteração da taxa fixa para flutuante, sendo o custo final de 94% do CDI.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (vii) Em dezembro de 2012, com a conclusão da troca de ativos com a Cimpor, a controlada VCEAA assumiu um empréstimo no valor de US\$ 434,1 milhões com vencimento em fevereiro de 2014, e custo médio de LIBOR + 1,33% a.a.. Os recursos desta operação foram utilizados para pagamento antecipado de empréstimos por mudança de controle acionário e redução do custo do endividamento. No primeiro semestre de 2013, a controlada VCEAA liquidou antecipadamente US\$ 215 milhões e em setembro de 2013, estendeu o prazo do saldo de principal em aberto para agosto de 2015 ao custo de Libor + 0,92% a.a.. Em dezembro de 2013, a controlada VCEAA liquidou antecipadamente US\$ 40 milhões da operação.
- (viii) Em dezembro de 2012, a controlada VCSA efetuou sua quinta emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória. As debêntures foram distribuídas com esforços restritos de colocação e com dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A emissão no valor de R\$ 1.200, com vencimento em dezembro de 2018, tem remuneração de 109,2% do CDI.
- (ix) Em dezembro de 2012, a controlada Milpo contratou empréstimo no valor de US\$ 80 milhões com prazo de 7 anos, carência de 21 meses e juros equivalentes a LIBOR + 3,3% a.a. Os recursos dessa captação foram utilizados, principalmente, para os investimentos da Companhia. Em abril de 2013, a controlada Milpo liquidou a operação antecipadamente.
- (x) Em fevereiro 2012, a controlada VCSA reabriu no mercado internacional os bônus com vencimento em 2041 em emissão adicional de US\$ 500 milhões. Com o valor captado, a operação terá valor de principal US\$ 1.250 milhões e as demais condições serão mantidas, como o pagamento de cupom semestral de 7,25% a.a.. A emissão tem avaliação de risco “BBB” da agência de rating Standard&Poor’s, “Baa3” da Moody’s e “BBB” da Fitch.
- (xi) Em janeiro 2012, a controlada VCSA efetuou sua quarta emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries de R\$ 500 cada uma, da espécie quirografária, com garantia fidejussória. As debêntures foram distribuídas com esforços restritos de colocação e com dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A 1ª série no valor de R\$ 500 tem remuneração de CDI + 1,09% a.a. e a 2ª série, também no valor de R\$ 500, tem remuneração de 111% do CDI. Ambas as séries vencem em maio de 2018.

(i) Assunção de dívida

Em junho de 2013, foi firmado o Instrumento Particular de Assunção de Dívida, pelo qual a VID assumiu em caráter irrevogável e irretroatável, o Eurobond da controlada CBA no valor atualizado de R\$ 2.158, com vencimento em 2019 e pagamento de juros semestrais de 6,625%. Deste modo, a CBA deixou de ser emissora deste Eurobond permanecendo, entretanto, como sua garantidora.

Em contrapartida à assunção dessa dívida, a VID recebeu da controlada CBA: (i) 22,99% do capital social que esta detinha na Votorantim Siderurgia S.A.; (ii) créditos, no valor de R\$ 972, detidos contra a Votorantim Metais Zinco S.A. (“VMZ”); e (iii) o restante em recursos disponíveis, no montante de R\$ 480.

(j) Eurobonds

Durante o exercício de 2013, a Companhia e suas subsidiárias recompraram e cancelaram, com recursos próprios, o montante de R\$ 331,3 (US\$ 150 milhões) referente a recompra dos Eurobonds "Voto IV", "Voto V" e "Voto VI" captados em e junho de 2005, setembro de 2009 e abril de 2010, cujos vencimentos originais são em junho de 2020, setembro de 2019 e abril de 2021, com taxas de juros fixas a 7,75%, 6,625% e 6,75% ao ano, respectivamente.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(k) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os valores a seguir foram calculados de acordo com os critérios da Nota 6.1.2.

	2013	
	Valor contábil	Valor justo
Moeda nacional		
BNDDES	2.916	2.665
FINAME	150	124
Debêntures	5.467	5.748
Nota de crédito exportação	231	217
Agência de fomento	58	53
Outros	30	19
Sub-total	8.852	8.826
Moeda estrangeira		
BNDDES	562	606
Agência de fomento	149	148
Eurobonds - USD	7.642	7.722
Eurobonds - EUR	2.510	2.610
Empréstimos sindicalizados	913	936
Créditos de exportação (pré-pagamento)	2.687	2.809
Capital de giro	51	51
Outros	69	78
Sub-total	14.583	14.960
	23.435	23.786

A diferença entre o valor justo e o valor contábil dos empréstimos e financiamentos é de R\$ 351, estando o valor contábil menor que o valor justo. O valor justo destes passivos são classificados no nível I R\$ 10.332 e nível II R\$ 13.454.

23 Contas a pagar - *Trading*

Refere-se a compras de determinadas matérias-primas efetuadas por meio de empresas de *trading* que apresentam prazos de pagamento de até 360 dias, com comissão calculada e acertada entre as partes, antes ou no momento de cada transação comercial, sobre o valor total das compras efetuadas.

24 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia e suas controladas utilizam a sistemática do lucro real e calcularam e registraram seu imposto e sua contribuição social com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e de diferenças temporárias referentes (a) ao efeito da variação cambial apurada (sistemática de apuração do imposto de renda e contribuição social pelo regime de caixa - efeitos cambiais); (b) a ajuste a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos; (c) a provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização; (d) a investimentos na atividade rural; (e) a diferenças temporárias surgidas na aplicação dos CPCs.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor atualmente sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	443	385
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(151)	(131)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	(25)	(50)
Prejuízo fiscal sem constituição do diferido	(84)	(77)
Base negativa sem constituição do diferido	(26)	(32)
Diferencial de alíquota de empresas no exterior	76	47
Operações descontinuadas	(18)	
Reversão (provisão) de impairment do IRPJ diferido (i)	269	(432)
Reversão (provisão) de impairment do CSLL diferido (i)	98	(156)
Imposto de renda diferido sobre provisão de impairment de ágio (ii)	(130)	
Reconhecimento crédito fiscal Plano Verão	69	
Refis (Nota 26)	(240)	
Ganhos não tributáveis sobre operação de troca da participação na Cimpor		91
Reversão de imposto de renda diferido da Cimpor		391
Outras adições permanentes líquidas	6	51
IRPJ e CSLL apurados	<u>(156)</u>	<u>(298)</u>
Correntes	(963)	(635)
Diferidos	807	337
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(156)</u>	<u>(298)</u>

- (i) Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, tendo como base o histórico de rentabilidade e as projeções de resultados futuros. Ao fim do exercício de 2012 e 2013, a Companhia e suas controladas reavaliaram a recuperação do valor do saldo de prejuízos fiscais registrados em sua apuração fiscal, o estudo técnico realizado pela administração em 2013 demonstrou a necessidade de uma reversão da provisão para perda do crédito tributário registrada em anos anteriores de R\$ 367, registrado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social – Diferidos" (Em 2012, a Companhia complementou a provisão para perda do crédito tributário registrado em suas controladas em R\$ 588). Parte substancial dessa reversão de provisão, decorreu da possibilidade da utilização destes créditos no contexto do Refis (Nota 26).
- (ii) Refere-se ao *impairment* do ágio na Milpo, registrado na Cajamarquilla.

Regime Tributário de Transição (RTT)

Até o exercício de 2013, a Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT) que, por meio de registros no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) ou de controles auxiliares, permite para fins de apuração do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), neutralizar os efeitos contábeis decorrentes da Lei no 11.638/07 e da MP no 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que revoga o RTT e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior. Um dos objetivos da norma é estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, com o fim da neutralidade tributária aos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

As disposições previstas na MP 627 têm vigência a partir de 2015, sendo que sua adoção é opcional para 2014. Dessa forma, a Companhia e suas controladas com o apoio de consultores externos, estão avaliando o melhor direcionamento a ser adotado. Entretanto, considerando que a eficácia da MP 627 dependerá da sua conversão em Lei e que ainda existem diversas discussões e incertezas acerca da interpretação das disposições contidas nesta medida provisória, a administração aguarda suas evoluções e tratativas e poderá vir a optar pela adoção antecipada da MP. Nossas conclusões consideram nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. Considerando a quantidade elevada de emendas propostas até o momento e as incertezas anteriormente citadas, é possível que em sua conversão em Lei o texto seja alterado e nossas conclusões possam ter que ser revistas à luz do texto definitivo.

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo		
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.055	1.429
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Provisões	649	599
Provisão para perdas em investimentos	218	139
Variação cambial (MP n.1858-10/1999 art.30)	390	477
Derivativos Lei n°11.051/04	12	11
Benefício fiscal sobre ágio	24	27
Uso do bem público - UBP	181	160
CPC 29 - ativo biológico	54	43
Provisão para baixa de ativo	23	14
Provisão para impostos "sub-judice"	66	77
Depreciação acelerada e ajuste vida útil	38	55
Passivos ambientais	38	58
Outras provisões	308	207
Ativo não circulante	<u>4.056</u>	<u>3.296</u>
Passivo		
Débitos tributários sobre diferenças temporárias		
Diferimento de ganhos em contrato de derivativos	5	5
Combinação de negócios	1.257	1.203
Ajustes a valor de mercado do ativo imobilizado	220	141
Depreciação acelerada e ajuste vida útil	1.497	1.260
Variação cambial (MP n.1858-10/1999 art.30)		60
Amortização de ágio	310	232
CPC 12 - Ajuste a valor presente	45	21
CPC 20 - Juros capitalizados	129	109
Outros	75	74
Passivo não circulante	<u>3.538</u>	<u>3.105</u>
Líquido (ativo - passivo)	<u>518</u>	<u>191</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social do resultado do exercício e do resultado abrangente

	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	191
Efeitos no resultado do exercício	807
Pagamento REFIS da VILA com tributo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa (Nota 26)	(167)
Parcela do tributo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa vendida para a controladora VPAR (Nota 15 (i))	(174)
Reclassificação para antecipação de IRPJ/CSLL	(177)
Efeitos no patrimônio líquido	<u>38</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>518</u></u>

(d) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e à base negativa da contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	<u>2013</u>	<u>Percentual</u>
Em 2014	430	21
Em 2015	121	6
Em 2016	121	6
Em 2017	194	9
2018 em diante	<u>1.189</u>	<u>58</u>
	<u><u>2.055</u></u>	<u><u>100</u></u>

25 Outros passivos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas a pagar para aquisição de participações	232	289
REFIS - Programa de Recuperação Fiscal (Nota 26)	196	80
Provisão para serviços	190	172
Tributos a recolher de longo prazo	141	143
Adiantamento de clientes	139	182
Fornecedores de longo prazo	122	189
Obrigações ambientais	121	176
Provisão para fretes	35	28
Provisão para utilidades - água, energia elétrica e gás	18	58
Provisão para manutenção	13	28
Prêmios a apropriar	11	37
Outras exigibilidades	<u>61</u>	<u>261</u>
	<u>1.279</u>	<u>1.643</u>
Circulante	<u>(539)</u>	<u>(709)</u>
Não circulante	<u><u>740</u></u>	<u><u>934</u></u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em 10 de outubro de 2013 foi publicada a Lei 12.865/2013 (conversão da MP 615/2013), com alterações da MP 627/2013, que dentre outras disposições, instituiu programa de pagamento incentivado de débitos fiscais federais com redução de percentual da multa e juros devidos.

As suas controladas e controladas em conjunto aderiram em 28 de novembro de 2013 a esse programa de pagamento e parcelamento de débitos fiscais relativos ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes da aplicação do art. 74 da Medida Provisória 2.158-35/01, conforme abaixo:

A controlada Votorantim Investimentos Latino-Americanos S.A. (“VILA”) aderiu à modalidade de pagamento parcelado em 180 meses, com redução de 80% das multas de mora, de ofício e das multas isoladas, e 50% dos juros de mora, totalizando o montante de R\$ 313 (R\$ 240 de principal), cujo efeito foi registrado no resultado do exercício de 2013. Deste montante, a Companhia compensou R\$ 167 com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, para pagamento de 30% do valor principal e 100% da multa e juros devidos após as reduções permitidas pelo REFIS, conforme previsão do parágrafo 7º do artigo 40 da Lei 12.865/13, trazendo o desembolso efetivo de caixa ao longo dos 180 meses de R\$ 146.

A sua investida Fibria Celulose S.A. aderiu a modalidade à vista, com redução de 100% das multas de mora e de ofício, das multas isoladas, dos juros de mora e do valor do encargo legal, totalizando o montante de R\$ 560 (R\$ 165 equivalente a participação da Companhia), cujo efeito foi registrado no resultado do exercício de 2013. Deste montante, a Investida utilizará créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para compensar R\$ 168, equivalente a 30% do valor principal, conforme previsão do par. 7º do artigo 40 da Lei 12.865/13, trazendo o desembolso efetivo de caixa ao montante de R\$ 392.

27 Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais

A VID e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente, as perdas classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada.

Os montantes envolvidos nas contingências são estimados e atualizados periodicamente. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotas baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

As provisões e os correspondentes depósitos judiciais são apresentados a seguir:

	2013			2012		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido
Tributárias	(476)	1.320	844	(506)	1.599	1.093
Trabalhistas e previdenciárias	(49)	193	144	(28)	162	134
Cíveis	(16)	104	88	(17)	97	80
Outras		57	57		71	71
	<u>(541)</u>	<u>1.674</u>	<u>1.133</u>	<u>(551)</u>	<u>1.929</u>	<u>1.378</u>

(b) Movimentação

A movimentação de provisão no exercício está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Saldo no início do exercício	1.378	1.452
Adições	114	340
Baixas	(449)	(414)
Atualizações monetárias	80	98
Depósitos judiciais	10	(98)
Saldo no final do exercício	<u>1.133</u>	<u>1.378</u>

(c) Depósitos judiciais remanescentes

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 446 (2012 - R\$ 451) depositados judicialmente em processos classificados pela Administração seguindo as indicações dos consultores jurídicos da Companhia como de perda remota ou possível, portanto, sem respectiva provisão.

(d) Comentários sobre as provisões com probabilidade de perda provável

(i) Provisões tributárias

Os processos tributários com probabilidade de perda provável estão representados por discussões relacionadas a tributos federais, estaduais e municipais. No que se refere aos processos judiciais de contestação de legalidade ou constitucionalidade de obrigação tributária, eles têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento.

(ii) Provisões trabalhistas

A VID e suas subsidiárias tem um total aproximado de 5.459 processos trabalhistas, movidos por ex-empregados, terceiros e sindicatos, cujos pleitos consistem, em sua maioria, em pagamento de verbas rescisórias, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, horas *in itinere*, bem como pedidos de indenização de ex-empregados ou terceiros por supostas doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, danos materiais e morais, derivados da Justiça Comum por força da Emenda Constitucional nº 45 e cumprimento de cláusulas normativas.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Provisões cíveis

A Companhia e suas subsidiárias são parte em processos cíveis de natureza administrativa e jurisdicional, referidas contingências são originárias de processos com distintas naturezas jurídicas, ressaltando-se ações de indenização por dano material e dano moral, ações de cobranças, execuções e pedidos administrativos.

(iv) Provisões ambientais

A Companhia e suas subsidiárias estão sujeitas a leis e regulamentos nos diversos países em que operam. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

O contencioso ambiental judicial da Companhia e de suas subsidiárias refere-se, basicamente, a ações civis públicas e ações populares, que têm como finalidade obstar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos, a recuperação de pretensas áreas de preservação permanente, dentre outras.

(e) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A composição por natureza dos processos com probabilidade de perda avaliada como possível nos quais a VID e suas controladas estão envolvidas, para os quais não há qualquer provisão contabilizada é demonstrada a seguir:

	2013	2012
Tributárias	3.607	3.245
Trabalhistas e previdenciárias	562	237
Cíveis	4.736	4.187
Ambientais	381	675
	9.286	8.344

(e.1) Comentários sobre passivos contingentes tributários e de direito público (CFEM) com probabilidade de perda possível

A seguir são comentados os passivos contingentes relacionados à processos tributários em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada. No quadro abaixo apresentamos uma análise da relevância desses processos:

Natureza	Montante
(i) CFEM	437
(ii) Auto de Infração – IRPJ/CSLL	173
(iii) Glosa créditos de PIS/COFINS	296
(iv) Compensação prejuízo fiscal – trava 30% (incorporação)	214
(v) ICMS – Custo de transferência	185
(vi) Exigência de ICMS sobre TUSD	150
(vii) Glosa saldo negativo IRPJ	102
(viii) IRPJ/CSLL – Lucros no exterior	127
(ix) Auto de Infração - Glosa de créditos ICMS decorrentes de aquisição de imobilizado	30
(x) Não homologação de compensação de créditos de PIS - Decretos	34
Demais processos de valores individuais inferiores à R\$ 100	1.859
	3.607

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(i) Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM

As controladas Votorantim Cimentos S.A. (“VCSA”), Votorantim Metais S.A. (“VMSA”), Votorantim Metais Zinco S.A. (“VMZ”) e Companhia Brasileira de Alumínio (“CBA”), possuem diversas autuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM, dos períodos de 1991 a 2012, janeiro de 1991 a dezembro de 2000, janeiro de 1991 a dezembro de 2006 e 1991 a 2003, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2013, o valor em controvérsia dessas ações totaliza o montante de R\$ 437, classificados com prognóstico de perda possível. Atualmente os processos se encontram em fase administrativa ou judicial.

(ii) Auto de Infração – IRPJ/CSLL

Em dezembro de 2011, a controlada VCSA, foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 183 por suposta ausência de recolhimento ou pagamento a menor de IRPJ e CSLL relativos ao período entre 2006 e 2010, em função de: (i) amortização do ágio supostamente incorreta; (ii) uso do prejuízo fiscal acima do limite de 30% permitido pela regulamentação tributária (incorporação); e (iii) falta de pagamento das obrigações de IRPJ e CSLL devidos por estimativas mensais. Em 31 de dezembro de 2013, do valor atualizado autuado de R\$ 216, a controlada entende que a melhor estimativa de contingência possível é de apenas R\$ 128. No julgamento de primeira instância, os julgadores decidiram pela redução de aproximadamente R\$ 50 do valor autuado. Atualmente, a controlada aguarda o julgamento do recurso de ofício e do recurso voluntário interposto junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Em dezembro de 2011, a controlada VCSA, foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 448, a fim de cobrar valores referentes à suposta falta de pagamento de IRPJ e CSLL no ano calendário de 2006 e pela glosa de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no ano calendário de 2007, em razão do aporte de bens das empresas Cimento Tocantins, Cimento Rio Branco e Companhia de Cimento Portland Itaú na Votorantim Cimentos Brasil, optante pelo regime de tributação com base no lucro presumido. Em 31 de dezembro de 2013, do valor atualizado autuado, qual seja, R\$ 524, a controlada entende que a melhor estimativa de possível contingências é de, apenas R\$ 45. A Delegacia da Receita Federal de Julgamento julgou o auto de infração parcialmente procedente, para reduzir o auto de infração em aproximadamente 50% do valor autuado. Nesse momento, a controlada aguarda o julgamento do recurso de ofício e do recurso voluntário interposto junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(iii) Glosas de crédito de PIS/COFINS

A Companhia e suas controladas VMSA e Companhia Brasileira de Alumínio (“CBA”) receberam diversos despachos decisórios, relativos à glosa de créditos de PIS e COFINS relativos a itens aplicados no processo produtivo, que no entendimento da Receita Federal do Brasil, não gerariam direito ao crédito das referidas contribuições. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 296. Atualmente, os processos aguardam decisão de primeira instância administrativa.

(iv) Compensação prejuízo fiscal – trava 30% (incorporação)

A controlada Votorantim Energia Ltda., foi autuada pela Receita Federal do Brasil, na qualidade de sucessora da empresa VBC Participações S.A., em razão de compensação supostamente indevida de prejuízo fiscal e base negativa, sem a observância da trava de 30% (incorporação). O processo encontra-se aguardando julgamento de recurso voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 214.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(v) ICMS – Custo de transferência

A controlada VMSA foi autuada por suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente das operações de transferência de Carbonato de Níquel para sua filial localizada no Estado de São Paulo, referente aos períodos de janeiro de 2003 a dezembro de 2003, abril de 2004 a março de 2005, abril de 2005 a março de 2006, abril de 2006 a março de 2007 e abril de 2007 a março de 2008. Referidas autuações, em 31 de dezembro de 2013, perfazem a quantia de R\$ 185. Atualmente, um caso que soma o montante de R\$ 59,6 aguarda decisão de primeira instância administrativa e, dois casos que somam a quantia de R\$ 58 aguardam julgamento do recurso voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e, outros dois casos que totalizam a quantia de R\$ 67,5 aguardam a publicação da decisão proferida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(vi) Exigência de ICMS sobre TUSD

As controladas VMZ, CBA e Votorantim Siderurgia S.A. (“VS”) receberam cobranças de supostos débitos de ICMS incidentes sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD. O valor total atualizado dessas discussões em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 150,2. Atualmente, o processo da VMZ aguarda julgamento pelo Conselho de Contribuintes de Minas Gerais, o caso da CBA e um da VS aguardam decisão judicial de 1ª instância e os outros dois processos da VS tiveram decisões de 1ª instância favoráveis.

(vii) Glosa saldo negativo IRPJ

A Companhia, sua controlada CBA e a Cia. Nitroquímica Brasileira Ltda.-(“CNQB”), alienada pela Companhia a terceiros, receberam despachos decisórios relativos à glosa de saldo negativo de IRPJ dos anos-calendário de 2006 (VID), 2003, 2004, 2006 (CNQB) e 2008 (CBA), totalizando um montante atualizado de R\$ 102 em 31 de dezembro de 2013. Atualmente, aguarda-se julgamento das manifestações de inconformidade apresentadas pelas empresas. A responsabilidade sobre eventual passivo da CNQB, conforme contrato de compra e venda, é da Companhia.

(viii) IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior

Em novembro de 2013, a Companhia foi autuada por autoridades da Receita Federal do Brasil (RFB) por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, sobre lucros auferidos no exterior no ano-calendário de 2011. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 18, cuja probabilidade de perda é classificada como possível.

Em outubro de 2013, a Votorantim Cimentos S.A. foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 107, por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, sobre lucros auferidos no exterior nos anos calendário de 2008 a 2010, por meio de suas controladas e coligadas. Em 31 de dezembro de 2013, o montante em controvérsia era de R\$ 109, cuja probabilidade de perda é possível.

(ix) Auto de infração – Glosa de Créditos de ICMS decorrentes da aquisição de Ativo Imobilizado

Em dezembro de 2013, a empresa controlada VMZ foi autuada pela Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais por ter tomado créditos de ICMS decorrentes da aquisição de ativo imobilizado supostamente alheios a atividade da unidade. Em 31 de dezembro de 2013, referida autuação perfaz a quantia de R\$ 30.

Diante da autuação lavrada, a VMZ interpôs impugnação demonstrando que os créditos glosados decorrem de ativos ligados ao processo produtivo da unidade, razão pela qual a autuação é improcedente. Atualmente o processo administrativo aguarda julgamento da impugnação pelo Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(x) Não homologação de compensação com créditos de PIS - Decretos

Em novembro de 2013, a Companhia Brasileira de Alumínio foi notificada de despacho decisório não homologando compensações realizadas com créditos decorrentes de PIS-Decretos, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 perfaz a quantia de R\$ 34.

Diante do recebimento do despacho decisório, a Companhia Brasileira de Alumínio apresentou nos autos do processo administrativo, manifestação de inconformidade demonstrando que os valores indeferidos pela Receita Federal do Brasil são créditos decorrentes de PIS-Decretos, obtidos por meio de ação judicial transitada em julgado à favor da Companhia.

No entendimento da Administração, e na opinião dos consultores jurídicos independentes, as cobranças são indevidas e a probabilidade de perda do processo administrativo em questão é possível.

(e.2) Comentários sobre passivos contingentes trabalhistas com probabilidade de perda possível

As reclamações trabalhistas com probabilidade de perda possível são aquelas ajuizadas por ex-empregados, terceiros e sindicatos, cujos pleitos consistem em sua maioria em pagamento de verbas rescisórias, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, horas in itinere, bem como pedidos de indenização de ex-empregados ou terceiros por supostas doenças ocupacionais, acidentes de trabalho.

(e.3) Comentários sobre passivos contingentes cíveis com probabilidade de perda possível

A seguir são comentados os passivos contingentes relacionados à processos cíveis em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada.

(i) Litígio com empresa de transportes do Nordeste

Em agosto de 2010, uma empresa de transporte entrou com ação indenizatória contra a sociedade controlada Votorantim Cimentos N/NE S.A. – (“VCNNE”) buscando compensação por danos no valor de R\$ 124, alegando que VCNNE não cumpriu com o volume mínimo estabelecido no contrato de transporte de cimento firmado entre as partes. A VCNNE foi citada desta ação em março de 2011 e apresentou a sua resposta, alegando em suma, incompetência relativa do Juízo e no mérito que não havia nenhum pacto escrito com relação ao volume mínimo pleiteado, bem como que a quebra e eventuais prejuízos suportados pela transportadora decorreram de má gestão e não possuem qualquer relação com a VCNNE. A transportadora apresentou sua réplica. Em 22 de janeiro de 2013, o tribunal publicou a sua decisão de aceitar o apelo da Companhia e transferir o caso para o tribunal civil, na cidade de Recife. Em novembro de 2013 o Tribunal deu provimento ao recurso da transportadora para confirmar que o Juízo de São Luís-MA era competente para julgar a causa. A VCNNE recorreu da decisão. Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a VCNNE acredita que a probabilidade de perda com relação aos danos materiais no valor de R\$ 80 é possível e por isso não registrou nenhuma provisão referente a este processo.

(ii) Litígio com empresa transportadora de São Paulo

Em setembro de 2003, uma empresa de transporte apresentou reclamação contra a Votorantim Cimentos Brasil S.A. – (“VCB” empresa incorporada pela controlada VCSA) buscando compensação por danos materiais no valor de R\$ 84, e danos morais em um valor não especificado, alegando que a Companhia não cumpriu suas obrigações sob dois contratos verbais firmados. A empresa de transporte argumenta que essas falhas resultaram no término das atividades de seu departamento de vendas e perdas significativas para a sua área de transportes. A VCB apresentou sua resposta em setembro de 2009, argumentando que: 1) o direito da transportadora prescreveu; 2) a VCB não alterou as condições gerais do acordo 3) a empresa de transporte foi incapaz de fornecer os serviços contratados, o que resultou em sua insolvência. Em agosto de 2011, o tribunal negou o argumento referente à prescrição e determinou a realização de perícia, conforme solicitado pelas partes. A perícia foi concluída e o laudo apresentado. A Administração considera a possibilidade de perda de parte dos danos materiais estimada em R\$ 158 como possível.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(iii) Ação Pública - Cartel

O Ministério Público do Rio Grande do Norte ajuizou uma ação civil pública contra a Companhia e contra oito outras empresas acusadas, incluindo várias das maiores fabricantes brasileiras de cimento, relativas à formação de cartel. A ação civil pública demanda o pagamento de indenização, de forma solidária, por danos morais e coletivos; e pagamento de multa de acordo com as regras brasileiras de antitruste. Como o valor da demanda é de R\$ 5,6 bilhões e a ação civil pública alega responsabilidade solidária, a Companhia estima que, com base em sua participação de mercado, que sua eventual responsabilidade, caso fosse condenada, seria de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões. No entanto, não há garantia de que essa divisão entre as partes prevaleceria ou que a Companhia não seria responsabilizada por um valor maior, ou pelo valor total da demanda. A expectativa para perda é considerada como possível e a Companhia não registrou provisão. Em 31 de dezembro de 2013, o valor atualizado em controvérsia é de R\$ 2,8 bilhões.

(iv) Ação Popular – Tocantins

Em agosto de 2007, foi promovida uma Ação Popular contra a controlada VCNNE, buscando a anulação da licitação que transferiu os direitos minerários relativos ao Processo DNPM nº 860.933/1982 à VCNNE devido a supostas falhas nos procedimentos licitatórios. O autor também pleiteou a concessão de liminar para suspender todos os efeitos da licitação, o que ainda não foi apreciado pela vara. Em maio de 2008, a VCNNE apresentou sua defesa argumentando que tal ação é conexa a outra ação popular e, assim, deve ser a ela reunida e arquivada, bem como o que o procedimento licitatório foi promovido dentro da lei. Em abril de 2009, o Promotor de Justiça concordou com a existência de conexão entre as ações e que ambas deveriam ser julgadas em conjunto. A Administração considera a possibilidade de perda possível e o processo não envolve pagamento de pecúnia, mas pode ter implicações operacionais caso a concessão seja suspensa.

(v) Litígio no Estado de Goiás

Ação de indenização movida por ex-prestador de serviços em face da controlada VMSA, no Estado de Goiás. Recebida a petição inicial, a VMSA ofertou contestação. Os autos se encontram em fase de instrução, com oitiva das testemunhas. Valor envolvido atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 245.

(vi) Litígios no Estado de Minas Gerais

Ação de indenização pro-movida em face da controlada VMZ, no Estado de Minas Gerais, objetivando a declaração de inexistência de relação jurídica cumulada com pedido de condenação em danos materiais e morais. Recebida a inicial a VMZ contestou. A autora apresentou réplica e a sentença julgou a ação improcedente. Aguarda-se o julgamento do Recurso interposto pelo autor. Valor envolvido atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 59.

Ação de indenização promovida em face da CBA, decorrente de suposta rescisão unilateral do contrato. Recebida a inicial a CBA apresentou defesa, refutando totalmente a pretensão. Os autos se encontram em fase de instrução pericial. Valor envolvido atualizado em 31 de dezembro 2013 é de R\$ 26.

(vii) Litígio do Estado do Rio de Janeiro

Duas conexas ações de indenização por supostos danos materiais e morais, promovida em face da controlada VMZ, no Estado do Rio de Janeiro. A VMZ ainda não apresentou defesa, pois aguarda início do prazo para contestação. Valor envolvido atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 54.

(viii) Litígio em Brasília

Em 2005, a controlada VS foi multada em processo administrativo perante a Secretaria de Direito Econômico. Diante da convicção quanto à inconsistência da multa, a controlada ajuizou demanda anulatória, em trâmite em Brasília. Por orientação dos assessores legais externos, a demanda é classificada como possível. Caso perca a ação, a controlada haverá de pagar a sanção aplicada, que, atualizada até 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 28. A totalidade da sanção está garantida por fiança bancária com prazo indeterminado.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(ix) Investigações administrativas pela Secretaria de Direito Econômico (“SDE”)

Em 2006, a SDE, atual Superintendência Geral do CADE, instaurou processo administrativo envolvendo o Sindicato da Indústria do Cimento, algumas associações do setor (cimento e concreto) e as maiores empresas fabricantes de cimento no Brasil, incluindo a Votorantim. Esse processo diz respeito a denúncias de práticas anti-competitivas, que incluem a formação de um cartel. Se a Votorantim for considerada culpada das acusações da SDE, pode estar sujeita a sanções administrativas e penais, incluindo eventual venda de alguns ativos e participações acionárias, bem como uma multa administrativa que pode variar de 0,1% a 20,0% do faturamento bruto da atividade, relativo ao exercício social imediatamente anterior ao ano em que o processo administrativo foi iniciado. A expectativa de perda nesse processo é considerada possível. A Companhia não estabeleceu nenhuma provisão referente a este assunto.

Em 2003, a SDE, atual Superintendência Geral do CADE, iniciou um processo administrativo envolvendo empresas produtoras de cimento no Brasil, incluindo a Votorantim. Esse processo diz respeito a alegações de certas produtoras de concreto de que as grandes empresas de cimento teriam violado a legislação brasileira antitruste, não lhes vendendo certos tipos de cimento. A fase instrutória desse processo foi encerrada em abril de 2012 e, até o momento, não há indícios de que a Superintendência Geral do CADE pretenda encaminhar qualquer recomendação ao Tribunal do CADE, conduzindo investigações futuras sobre esse assunto. Assim como na investigação de 2006, se a Companhia for considerada culpada por violação da legislação antitruste, pode estar sujeita a sanções penais e administrativas, incluindo uma multa administrativa que pode variar de 0,1% a 20,0% (se a nova legislação antitruste for aplicada) do faturamento bruto da atividade, relativo ao exercício social imediatamente anterior ao ano em que o processo administrativo foi iniciado. Na opinião de seus consultores jurídicos, a Votorantim entende que não estará sujeita a quaisquer penalidades administrativas e/ou criminais. A expectativa de perda nesse processo é considerada remota.

Em 2000, dois sindicatos do mercado da construção civil formularam representação junto à Secretaria do Direito Econômico (SDE) contra produtores de aço longo, dentre os quais a Votorantim Siderurgia S.A. (VS). A acusação de suposta prática anticoncorrencial culminou na instauração de processo administrativo perante a SDE. Em 2005, o referido processo foi julgado desfavoravelmente pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), atribuindo à VS a obrigação de pagamento de multa equivalente a 7% do seu faturamento bruto de 1999, excluindo os impostos. Por estar absolutamente convicta da inexistência de qualquer prática anticompetitiva, a Votorantim em 2006 ajuizou ação ordinária perante a 13ª Vara Federal de Brasília/DF, objetivando a reversão da decisão proferida pelo CADE. A Administração da Votorantim e seus Assessores Legais entendem ser plenamente possível a aceitação dos seus argumentos pelo Poder Judiciário. Em 31 de dezembro de 2013, o valor envolvido era de R\$ 28. A totalidade do valor mencionado está garantido por fiança bancária, cujo prazo de validade é indeterminado.

(e.4) Comentários sobre passivos contingentes ambientais com probabilidade de perda possível

A seguir são comentados os passivos contingentes relacionados a processos ambientais em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada.

- (i)** O contencioso ambiental judicial da Companhia e de suas controladas refere-se, basicamente, a ações civis públicas, ações populares e ações indenizatórias, que tem como finalidade: obstar licenças ambientais de novos projetos, a recuperação de pretensas áreas de preservação permanente, alegada descontaminação de terrenos, dentre outras. Em caso de eventual condenação, estima-se o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Companhia e suas controladas. Os gastos com os referidos custos são registrados como despesa no resultado do exercício, a medida de sua ocorrência. O saldo das demandas possíveis são representadas basicamente por ações indenizatórias. Dois processos que retratam este cenário são ações indenizatórias em trâmite na Comarca de Vazante – MG, promovidos em desfavor da controlada VMZ, que tem por objeto a reparação de supostos danos materiais, decorrentes da atividade de mineração, e tem como valor envolvido atualizado em 31 de dezembro de 2013, a quantia de R\$ 42. A VMZ apresentou defesa nos autos dos processos, a refutar integralmente as pretensões. Todos os processos ambientais com valores relevantes e classificados como possíveis estão em fase de instrução.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ação Civil Pública – Mato Grosso

Em dezembro de 2000, o Ministério Público de Mato Grosso em conjunto com o Ministério Público Federal ajuizou uma Ação Civil Pública contra a controlada VCSA e outras empresas buscando a anulação de determinadas licenças ambientais concedidas à VCSA e a suspensão de suas operações no Rio Paraguai/Paraná. A VCSA apresentou defesa alegando que não era legítima para figurar no pólo passivo da demanda tendo em vista que não era parte interessada, e foi excluída da ação civil pública. O Ministério Público apelou. Em agosto de 2007, o Tribunal, em decisão unânime, decidiu que o IBAMA havia concedido os licenciamentos para a VCSA da forma correta. Atualmente aguardasse o julgamento dos embargos de divergência opostos pelo Ministério Público em de abril de 2009. A Administração considera a possibilidade de perda sob essa alegação de 50% possível e 50% remoto.

(f) Compromissos

- (i)** As controladas Votorantim Cimentos S.A. e a St. Marys Cement Inc. têm contratos de fornecimento com usinas siderúrgicas para a compra de escória, os quais vencem em 2023.
- (ii)** A VID e suas controladas possuem contratos para compra de energia elétrica de cerca de 950 MW/ano até 2020.
- (iii)** A VID e suas controladas possuem concessões de usinas hidroelétricas de geração de energia própria e consorciadas, cujo desembolso futuro esperado pela Administração é de cerca de R\$ 2,5 bilhões.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Uso do bem público

A Companhia possui ou participa de empresas que detêm contratos de concessão do setor de energia elétrica. Esses contratos preveem, em sua grande maioria, pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM a título de uso do bem público (UBP).

Os contratos apresentam prazo de duração média de 35 anos, e os valores a serem pagos anualmente estão demonstrados a seguir:

Usinas / Empresas	Investidora	Data início da Concessão	Data fim da Concessão	Data início pagamento	2013			2012		
					Participação	Ativo intangível	Passivo	Participação	Ativo intangível	Passivo
Salto Pilão	Companhia Brasileira de Alumínio	nov-01	dez-36	jan-10	60%	235	428	60%	245	406
Campos Novos	Companhia Brasileira de Alumínio	abr-00	mai-35	jun-06	33%	4	8	25%	3	6
Salto do Rio Verdinho	Companhia Brasileira de Alumínio	ago-02	set-37	out-10	100%	9	16	100%	8	15
Itupararanga	Companhia Brasileira de Alumínio	nov-03	dez-23	jan-04	100%	1	2	100%	1	2
Piraju	Companhia Brasileira de Alumínio	dez-98	jan-34	fev-03	100%	1	6	100%	2	5
Ourinhos	Companhia Brasileira de Alumínio	jul-00	ago-35	set-05	100%	2	4	100%	2	4
Baesa - Energética Barra Grande	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-01	mai-36	jun-07	15%	17	38	15%	17	35
Capim Branco I e Capim Branco II	Votorantim Metais Zinco S.A.	ago-01	set-36	out-07	13%	3	9	13%	3	9
Picada	Votorantim Metais Zinco S.A.	mai-01	jun-36	jul-06	100%	22	58	100%	22	56
Campos Novos	Votorantim Metais S.A.	abr-00	mai-35	jun-06	12%	1	3	20%	3	5
Pedra do Cavallo	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	mar-02	abr-37	abr-06	100%	141	423	100%	149	404
						436	995		455	947
Circulante							(60)			(55)
Não circulante						436	935		455	892

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Provisão para desmobilização de ativos

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do direito de uso do ativo, o qual causa degradação ambiental, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada, dando outras destinações e uso para o local impactado.

A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação. Esta obrigação futura será reconhecida no resultado, uma parte, via exaustão durante toda a vida útil do ativo que a originou e, outra parte, pela reversão do ajuste a valor presente mais a atualização do passivo pela inflação. Por serem obrigações de longo prazo são ajustadas a valor presente, pela taxa real de juros e atualizadas periodicamente pelo índice de inflação.

A taxa de juros utilizada para desconto a valor presente e atualização da provisão foi de 4,23% a.a. (2012 – 2% a.a.).

A variação na provisão para desmobilização de ativos está demonstrada como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo no início do exercício	933	557
Ajuste a valor presente	11	40
Adição	13	
Liquidação financeira	(18)	(51)
Reavaliação das premissas do fluxo de caixa	(119)	387
Variação cambial	56	18
Reclassificação para "Provisões e outros passivos"		(78)
Efeitos de controladas incluídas na consolidação		60
Saldo no final do exercício	<u>876</u>	<u>933</u>

30 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 20.167 (2012 – R\$ 19.907), é composto por 17.687.578.915 (2012 – 17.501.930.932 e 2011 - 17.512.160.870) ações ordinárias nominativas.

Em assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2013, o capital social da Companhia, mediante capitalização em moeda corrente nacional, aumentou no valor de R\$ 260, com a emissão de 185.647.983 novas ações ordinárias nominativas.

Em assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia, mediante capitalização em moeda corrente nacional, aumentou no valor de R\$ 152, com a emissão de 112.069.602 novas ações ordinárias nominativas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2012, com o objetivo de equalizar o capital social com seu objeto social, a Companhia reduziu capital de R\$ 420 (cancelando o equivalente a 298.844.478 de ações), extinguindo o mútuo a receber de sua controladora Votorantim Participações S.A..

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2012, o capital social da Companhia, mediante a capitalização das ações que a sua controladora possuía na Inecap Investimentos S.A., aumentou no valor de R\$ 250, com a emissão de 176.544.938 novas ações ordinárias nominativas.

(b) Dividendos

Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia.

Dessa forma, o cálculo dos dividendos em 31 de dezembro pode ser assim demonstrado:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício - atribuído aos acionistas controladores	433	149
Reserva legal	(22)	(8)
Reserva de incentivos fiscais	(1)	(5)
Base de cálculo dos dividendos	<u>410</u>	<u>136</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	(102)	(35)
Dividendos adicionais	(176)	(750)
	<u>(278)</u>	<u>(785)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>68%</u>	<u>577%</u>

(c) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.

A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(d) Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei 11.638/07). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(e) Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas detidas de forma direta ou indireta no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento.

Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Títulos conversíveis em ações

Em dezembro de 2013, a Companhia efetuou sua terceira emissão privada de debêntures, emitindo 90.000 (noventa mil) debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada. As debêntures foram emitidas com dispensa de registro na CVM ou em quaisquer outros órgãos reguladores, tendo em vista terem sido objeto de colocação privada, não sujeita aos termos da Lei nº 6.385/76, Instrução CVM nº 400/03 ou da Instrução CVM nº 476/09. A emissão no valor de R\$ 900, com vencimento em dezembro de 2023, tem remuneração de 100% do CDI, acrescida de spread de 1% ao ano, com amortização de juros semestrais. Tais debêntures, integralmente subscritas por Votorantim Finanças, são obrigatoriamente conversíveis em ações na data de vencimento, e as amortizações semestrais de juros poderão ser postergadas a critério exclusivo da Companhia.

Os debenturistas têm, a partir do 12º mês após a emissão, a opção de converter as debêntures em ações, sendo que a conversão é obrigatória na data de vencimento. Por sua vez, o emissor tem o direito de diferir os pagamentos de juros, e também o de resgatar debêntures à vista a qualquer tempo. Com base em tais características, as debêntures foram contabilizadas como um instrumento patrimonial.

O valor da remuneração de R\$ 2 está incluído no patrimônio líquido em lucros acumulados, líquido de impostos de renda e contribuição social.

(g) Transações com acionistas não controladores

O resultado do teste de impairment para o ágio registrado na Cajamarquilla, decorrente da aquisição do controle da Milpo, apresentou valor recuperável inferior ao registrado contabilmente, que indicou a necessidade de impairment no montante de R\$ 381, reconhecidos contabilmente na rubrica “Outras despesas operacionais líquidas” na demonstração de resultado do exercício de 2013. Como consequência, o prejuízo da participação não controladora aumentou em R\$ 190, oriundo da participação de 49,94% que os acionistas não controladores mantêm na Milpo. Adicionalmente informamos que a Milpo é a principal controlada em que a Companhia tem acionistas minoritários, e suas principais cifras individuais estão divulgadas na nota 39 sob a denominação de “Mineração Peru”.

31 Receita

(a) Reconciliação das receitas

Demonstramos a seguir a reconciliação da receita bruta e a receita líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita bruta		
Vendas de produtos no mercado interno	18.102	16.140
Vendas de produtos no mercado externo	10.549	9.216
Fornecimento e suprimento de energia elétrica	1.134	718
Receita de serviços	1.364	1.353
	<u>31.149</u>	<u>27.427</u>
Impostos sobre vendas, serviços e outras deduções	<u>(4.877)</u>	<u>(4.427)</u>
Receita líquida	<u>26.272</u>	<u>23.000</u>

(b) Informações sobre áreas geográficas

A abertura da receita líquida por destino é baseada na localização dos clientes. As receitas líquidas da Companhia classificadas por destino e por moeda são demonstradas como segue:

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Receita por país de destino

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Brasil	16.060	14.931
Estados Unidos	2.191	2.767
Peru	1.444	1.186
Suíça	791	
Colômbia	779	651
Canadá	802	834
Argentina	706	572
Turquia	583	
Espanha	370	
Marrocos	299	
Luxemburgo	286	
Uruguai	276	
Outros países	1.685	2.059
	<u>26.272</u>	<u>23.000</u>

(ii) Receita por moeda

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reais	15.880	13.743
Dólar Norte Americano	6.335	7.185
Peso Argentino	644	552
Dólar Canadense	797	744
Peso Colombiano	686	642
Nova Lira	531	
Euro	414	6
Outras moedas	985	128
	<u>26.272</u>	<u>23.000</u>

32 Outras despesas operacionais, líquidas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Benefícios fiscais de impostos indiretos	202	191
Ganho na combinação de negócios - Artigas (nota 18 (e) (iv))		73
Ganho na combinação de negócios - VCEAA (nota 18 (e) (v))		267
Ganho na venda de energia elétrica	206	68
Ganho na venda de imobilizado	18	1
Ganho na venda de investimento	37	2
Ganho na venda de sucata	17	20
Gastos com pesquisa	(98)	(94)
Impairment - ágio (Nota 21)	(383)	(464)
Marcação a mercado de derivativo embutido - opção Fibria (Nota 16)	(30)	53
Valor justo ativo biológico (Nota 20)	(34)	(2)
Outros impostos	(98)	(75)
Provisão impairment - estoque (Nota 12)	(155)	
Provisão impairment - imobilizado (Nota 19)	(403)	(94)
Recuperação de tributos	43	100
Outras despesas líquidas	(115)	(98)
	<u>(793)</u>	<u>(52)</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 Resultado financeiro líquido

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.341)	(1.218)
Juros sobre impostos a pagar	(115)	(57)
Juros e atualização monetária UBP	(101)	(130)
IR sobre remessas de juros ao exterior	(88)	(77)
Despesas de captação	(78)	(25)
Descontos concedidos	(57)	(20)
Juros sobre operações de partes relacionadas	(27)	(15)
Instrumentos financeiros derivativos	(17)	(47)
Outras despesas financeiras	(185)	(260)
	<u>(2.009)</u>	<u>(1.849)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre ativos financeiros	328	137
Receita de aplicações financeiras	313	408
Atualização monetária sobre ativos	99	102
Juros sobre operações com partes relacionadas	43	34
Descontos obtidos	22	68
Outras receitas financeiras	106	125
	<u>911</u>	<u>874</u>
Variações cambiais e monetárias, líquidas	<u>(514)</u>	<u>(543)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.612)</u>	<u>(1.518)</u>

34 Abertura do resultado por natureza

A Administração da Companhia optou por divulgar os gastos por função na demonstração do resultado do exercício e, conseqüentemente, apresenta a seguir a natureza das despesas.

O custo dos produtos vendidos, as despesas de vendas e de administração para os exercícios findos em 31 de dezembro são as seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	14.496	12.869
Despesa de benefícios a empregados	3.604	3.045
Depreciação, amortização e exaustão	2.226	2.005
Despesas de transporte	1.233	1.024
Serviços de terceiros	1.334	1.267
Outras despesas	457	596
	<u>23.350</u>	<u>20.806</u>
Custo total das vendas, despesas de vendas e administrativas	<u>23.350</u>	<u>20.806</u>
Reconciliação		
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	19.430	17.235
Despesas com vendas	1.676	1.331
Despesas gerais e administrativas	2.244	2.240
	<u>23.350</u>	<u>20.806</u>
Custo total das vendas, despesas de vendas e administrativas	<u>23.350</u>	<u>20.806</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

35 Despesas de benefícios a empregados

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e adicionais	2.202	1.834
Encargos sociais	981	859
Benefícios sociais	421	352
	<u>3.604</u>	<u>3.045</u>

36 Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego

A Companhia e suas controladas possuem plano de contribuição definido para seus empregados. Algumas subsidiárias, no entanto, possuem plano de benefício definido.

A tabela abaixo demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira consolidada.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:		
Benefícios de plano de pensão	253	250
Benefícios de planos de pensão suplementares	36	29
Benefícios de saúde pós-emprego	85	81
Passivo registrado no balanço patrimonial	<u>374</u>	<u>360</u>
Despesas reconhecidas no resultado do exercício com:		
Benefícios de plano de pensão	24	14
Benefícios de plano de pensão suplementares	1	
Benefícios de saúde pós-emprego	7	5
	<u>32</u>	<u>19</u>
Remensurações com:		
Benefícios de plano de pensão - valor bruto	(6)	73
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	(13)
Benefícios de plano de pensão - valor líquido	<u>24</u>	<u>60</u>

(a) Plano de contribuição previdenciária definida

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Plano de benefício previdenciário definido

A Companhia possui controladas com planos de benefícios previdenciários definidos na América do Norte, América do Sul e Europa, que seguem padrões regulatórios similares. Os planos de benefícios previdenciários definidos oferecem também assistência médica e seguro de vida, entre outros. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos à empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado “pro rata”, tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxa de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados.

O CPC 33 (R1)/ IAS 19, ‘Benefícios a empregados’ foi revisado em junho de 2011. A Companhia e suas controladas consideraram a mudança para substituir os custos dos juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano com o montante de participação líquida, que é calculado aplicando-se a taxa de desconto ao passivo líquido do benefício definido (ativo) e concluiu que esse efeito não é material. Dessa forma, a Companhia e suas controladas aplicaram essas mudanças para o exercício encerrado em 2013 e não aplicou esse efeito retrospectivamente para o exercício de 2012.

Os montantes reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Valor presente de obrigações financiadas	880	772
Valor justo de ativos do plano	(613)	(522)
Déficit de planos financiados	267	250
Valor presente de obrigações não-financiadas	102	110
Déficit total de planos de benefícios previdenciários	369	360
Impacto do requerimento mínimo dos fundos/máximo dos ativos	5	
Passivos registrados no balanço patrimonial	<u>374</u>	<u>360</u>

A movimentação da obrigação do benefício definido e do valor justo dos ativos do plano durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Valor presente das obrigações financiadas e não financiadas	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto no requerimento mínimo dos fundos/limite do ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2013	882	(522)	360		360
Custo do serviço corrente	7		7		7
Despesa (receita) financeira	48	(22)	26		26
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	(1)		(1)		(1)
	<u>54</u>	<u>(22)</u>	<u>32</u>		<u>32</u>
Remensurações:					
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		(32)	(32)		(32)
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas demográficas (Ganhos)/perdas decorrentes da experiência	63 (11)	1	63 (10)		63 (10)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira				3	3
	<u>52</u>	<u>(31)</u>	<u>21</u>	<u>3</u>	<u>24</u>
Variações cambiais	63	(31)	32		32
Contribuições:					
Empregador		(34)	(34)	2	(32)
Pagamentos dos planos:					
Pagamento de benefícios	(72)	35	(37)		(37)
Assumidos/(adquiridos) em combinação de negócios	3	(8)	(5)		(5)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>982</u>	<u>(613)</u>	<u>369</u>	<u>5</u>	<u>374</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor presente das obrigações financiadas e não financiadas	Valor justo dos ativos do plano	Total
Em 1º de janeiro de 2012	672	(331)	341
Custo do serviço corrente	4		4
Despesa (receita) financeira	41	(26)	15
	45	(26)	19
Remensurações:			
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		(3)	(3)
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	24		24
Ganhos decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	40		40
Ganhos decorrentes da experiência	(1)		(1)
	63	(3)	60
Variações cambiais	92	(42)	50
Contribuições:			
Empregador	67	(147)	(80)
Pagamentos dos planos:			
Pagamento de benefícios	(57)	27	(30)
Em 31 de dezembro de 2012	882	(522)	360

A obrigação de benefício definido e ativos do plano estão compostos, por país, conforme abaixo:

	2013					2012			
	Brasil	Europa	América do Norte	Colômbia	Total	Brasil	América do Norte	Colômbia	Total
Valor presente da obrigação	42	40	546	354	982	49	543	290	882
Valor justo de ativos do plano	(46)	(3)	(443)	(121)	(613)	(50)	(357)	(115)	(522)
	(4)	37	103	233	369	(1)	186	175	360
Impacto do requerimento mínimo dos fundos/máximo dos ativos	4	1			5				
		38	103	233	374	(1)	186	175	360

As premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	2013					Percentual 2012			
	Brasil	Europa	América do Norte	Colômbia	Total	Brasil	América do Norte	Colômbia	Total
Taxa de desconto	11,0%	8,0%	5,0%	5,4%	7,4%	8,0%	4,0%	6,5%	6,2%
Taxa de inflação	5,0%	7,0%	2,0%	3,0%	4,3%	5,0%	2,0%	3,0%	3,3%
Aumentos salariais futuros	6,0%	5,0%	3,0%		4,7%	8,0%	3,0%		5,5%
Aumentos de plano de pensão futuros	5,0%			3,0%	4,0%	5,0%		3,0%	4,0%

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade para os países mais importantes baseiam-se nas seguintes tábuas de mortalidade pós-aposentadoria: (i) Brasil AT-2000 Basic segregada por sexo e tábua de entrada em invalidez RRB-1994, modificada e agravada em 15%, segregada por sexo; (ii) Europa: CSO80 com um período de projeção de 10-15 anos; (iii) América do Norte: RP- 2000 segregada por sexo com um período de projeção de 8 anos e (IV) Colômbia: Baseia-se na tabela RV8, regulamentado pela resolução 115-2010, sem prazo de prescrição.

A sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	Impacto na obrigação de benefício definido		
	Mudança nas premissas	Aumento nas premissas	Redução nas premissas
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 5,5%	Aumento de 6,0%
Taxa de aumento de salário	0,50%	Aumento de 1,1%	Redução de 1,0%
Taxa de aumento da pensão	0,25%	Aumento de 0,2%	Redução de 0,2%
		Aumento de 1 ano na premissa	Redução de 1 ano na premissa
Expectativa de vida		Aumento de 2,3%	Redução de 2,3%

As análises de sensibilidade acima baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas foi aplicado o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço), como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

(c) Benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde)

A Companhia opera planos de benefícios de saúde pós-emprego através de sua subsidiária na América do Norte, VCNA, e na Europa, VCEAA. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes àquelas usadas para os planos de pensão de benefício definido. A maioria desses planos não é financiada.

As obrigações referentes à estes planos estão inclusas na movimentação das obrigações de benefício definido, apresentada anteriormente.

37 Benefícios fiscais

A Companhia e suas controladas possuem incentivos fiscais relacionados a:

- (a) Lucro da exploração: A VCSA e VCNNE possuem benefício de redução parcial do imposto de renda devido, relativas a certas operações regionais com cimento, argamassa e clínquer. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro fiscal ajustado pelo incentivo fiscal (chamado “lucro da exploração”), levando em consideração o resultado dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Os incentivos fiscais da Companhia possuem prazo de expiração de 2012 a 2020. A economia fiscal deve ser apropriada em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido da entidade que se beneficia com o incentivo fiscal, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As controladas podem também reinvestir parte do benefício fiscal na aquisição de novos equipamentos para a operação incentivada, sujeita a aprovação posterior pela agência reguladora da área incentivada, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste SUDENE. Quando aprovado o reinvestimento, o benefício fiscal correspondente deve ser apropriado também em uma reserva de lucros sujeito as mesmas restrições, com respeito à futura distribuição como dividendos aos acionistas.

- (b) Programa FDI II (Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará): a controlada VCNNE possui incentivo fiscal enquadrado em programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos, com reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover no longo prazo o desenvolvimento das atividades industriais no Estado do Ceará.

Nesse Estado, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da controlada. O benefício relativo à redução no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência de registro desses impostos, ou no momento em que a controlada cumpre com as obrigações fixadas nos programas estaduais, para ter benefício concedido.

As porcentagens de redução do valor devido de ICMS são fixas ao longo do programa e variam de 64% a 75% do ICMS de produção própria. Sendo os valores diferidos a um índice geral de preços ou taxas pré-fixadas. Os incentivos fiscais da controlada possuem prazo de expiração de 2016 a 2020.

- (c) Programa PRÓ-DF II - A VCSA possui incentivo fiscal enquadrado em programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos. Esses programas estaduais objetivam promover no longo prazo a ampliação da capacidade econômica local na produção de bens e serviços e geração de empregos, e promover o desenvolvimento econômico e social, sustentável e integrado do Distrito Federal.

Os prazos de carência e a fruição são previstos na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia.

A porcentagem de financiamento mensal é de 70% do saldo de ICMS relativo ao produto incentivado (Cimento comum) por um prazo de fruição de até 300 meses. Sendo os valores diferidos a um índice geral de preços ou taxas pré-fixadas. O prazo de vigência deste benefício é de 300 meses a partir de 25 de junho de 2010, ou até o valor total do contrato.

38 Seguros

De acordo com a Política Corporativa de Gestão de Seguros da Companhia e suas controladas, são contratados diferentes tipos de apólices de seguros, tais como seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, proporcionando proteção relacionada a possíveis perdas com interrupção na produção, danos a terceiros e patrimônio.

A Companhia e suas controladas mantêm seguros de responsabilidade civil para suas operações e seus administradores, com coberturas e condições consideradas pela Administração adequadas aos riscos inerentes.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cobertura de seguro operacional vigente em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

Ativo	Tipo de cobertura	Importância segurada
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Danos materiais	44.520
	Lucros cessantes	9.379

39 Informações suplementares - UN

A fim de proporcionar um maior nível de informações, a Companhia optou por divulgar informações financeiras por UN. As informações a seguir referem-se à abertura da VID por UN e consideram as eliminações de saldos e transações entre as empresas, antes: (i) das eliminações entre as UN; (ii) das eliminações dos investimentos mantidos pelas empresas holdings. Adicionalmente, são destacadas as eliminações e reclassificações entre as empresas, de forma que o resultado líquido corresponda às informações financeiras consolidadas da VID, divulgadas como informações suplementares. Essas informações suplementares não objetivam estar de acordo e não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013									
	Cimentos	Alumínio	Níquel	Zinco	Mineração Peru	Metais outros	Siderurgia	Holding e outras	Eliminações e reclassificações	Total Consolidado
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	2.381	656	1.097	57	815	45	438	1.209		6.698
Contas a receber de clientes	1.078	234	59	241	278	68	415	41	(269)	2.145
Estoques	1.306	547	176	580	151	12	630			3.402
Tributos a recuperar	346	100	227	202	57	4	101	11		1.048
Dividendos a receber	25	27						84	(108)	28
Outros ativos	294	215	28	55	58	5	83	99		837
	5.430	1.779	1.587	1.135	1.359	134	1.667	1.444	(377)	14.158
Ativos mantidos para venda	788									788
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	16					21		4		41
Tributos a recuperar	270	579	555	153		7	44	10		1.618
Partes relacionadas	148	250	604	2		88		2.218	(1.333)	1.977
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.033	639	481	676	54	29	425	719		4.056
Depósitos judiciais	239	59	15	40		28	64	1		446
Outros ativos	179	117	13	13	6	6	21			355
	1.885	1.644	1.668	884	60	179	554	2.952	(1.333)	8.493
Investimentos Imobilizado e ativo biológico Intangível	1.491	1.094	309	728		2.339	88	21.466	(21.585)	5.930
	10.385	4.915	1.226	4.292	999	759	3.537	310		26.423
	5.220	649	179	4.907	429	59	301	3		11.747
	18.981	8.302	3.382	10.811	1.488	3.336	4.480	24.731	(22.918)	52.593
Total do ativo	25.199	10.081	4.969	11.946	2.847	3.470	6.147	26.175	(23.295)	67.539

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

									2013	
	Cimentos	Alumínio	Níquel	Zinco	Mineração Peru	Metais outros	Siderurgia	Holding e outras	Eliminações e reclassificações	Total Consolidado
Passivo										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	722	180	89	186	48	53	192	47		1.517
Fornecedores	992	256	164	822	229	12	484	136	(288)	2.807
Contas a pagar - <i>Trading</i>	112									112
Salários e encargos sociais	293	91	28	74	76	28	99	69		758
Imposto de renda e contribuição social	69	10		2	10	3	52			146
Tributos a recolher	211	26	8	33	31	5	30	13		357
Dividendos a pagar	46			1	2	68	14	127	(107)	151
Adiantamento de clientes	70	5	2	3		8	106		(3)	191
Contas a pagar e outros passivos	403	67	5	98	56	11	45	30		715
	2.918	635	296	1.219	452	188	1.022	422	(398)	6.754
Passivos disponíveis para venda	390									390
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	12.780	2.830	748	1.574	842	226	458	2.460		21.918
Partes relacionadas	150	76		53		72	538	1.339	(1.312)	916
Imposto de renda e contribuição social	1.192	487	152	1.313	3	6	384	1		3.538
Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais	709	138	44	64	27	18	61	72		1.133
Provisão para desmobilização de ativos	195	114	154	170	204		39			876
Contas a pagar e outros passivos	780	437	38	267		67	373	99		2.061
	15.806	4.082	1.136	3.441	1.076	389	1.853	3.971	(1.312)	30.442
Patrimônio líquido	6.085	5.364	3.537	7.286	1.319	2.893	3.272	21.782	(21.585)	29.953
Total do passivo e patrimônio líquido	25.199	10.081	4.969	11.946	2.847	3.470	6.147	26.175	(23.295)	67.539

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Demonstração do resultado do período de 1/10/2013 a 31/12/2013									
	Cimentos	Alumínio	Níquel	Zinco	Mineração Peru	Metais outros	Siderurgia	Holding e outras	Eliminações e reclassificações	Total Consolidado
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	3.240	777	286	971	422	83	1.010	287 (*)	(250)	6.826
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.070)	(678)	(315)	(822)	(259)	(39)	(784)	(269) (*)	250	(4.986)
Lucro bruto	1.170	99	(29)	149	163	44	226	18		1.840
Receitas (despesas) operacionais										
Com vendas	(294)	(23)	(7)	(43)	(18)	(1)	(87)	(2)		(475)
Gerais e administrativas	(224)	(28)	(42)	(83)	(22)	(12)	(41)	(88)		(540)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	55	37	(396)	(442)	(40)	(4)	(167)	60	(26)	(923)
	(463)	(14)	(445)	(568)	(80)	(17)	(295)	(30)	(26)	(1.938)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações	707	85	(474)	(419)	83	27	(69)	(12)	(26)	(98)
Resultado de participações societárias										
Equivalência patrimonial	(23)	(46)	(34)			(162)	5	(10)	196	(74)
Resultado financeiro líquido										
Despesas financeiras	(346)	(180)	10	(79)	(12)	3	(12)	(49)	22	(643)
Receitas financeiras	126	260	7	4	2	3	12	57	(22)	449
Variações cambiais, líquidas	(28)	(111)	(42)	(88)		(1)	(8)	104		(174)
	(248)	(31)	(25)	(163)	(10)	5	(8)	112		(368)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações	436	8	(533)	(582)	73	(130)	(72)	90	170	(540)
Imposto de renda e contribuição social										
Correntes	(163)	66	(1)	(230)	(29)	(9)	(15)	(4)		(385)
Diferidos	53	195	246	303	2	83	27	(30)		879
Lucro líquido (prejuízo) do período proveniente de operações continuadas	326	269	(288)	(509)	46	(56)	(60)	56	170	(46)
Operações descontinuadas										
Prejuízo do período das operações descontinuadas	11									11
Lucro líquido (prejuízo) do período	337	269	(288)	(509)	46	(56)	(60)	56	170	(35)
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	304	269	(288)	(293)	47	(56)	(60)	56	159	138
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	33			(216)	(1)				11	(173)
Lucro líquido (prejuízo) do período	337	269	(288)	(509)	46	(56)	(60)	56	170	(35)
Depreciação, exaustão e amortização	227	73	18	125	67	18	44	3		575

(*) Referem-se a operação de venda de energia elétrica (Votener e Santa Cruz Energia).

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Demonstração do resultado do período de 1/1/2013 a 31/12/2013									
	Cimentos	Alumínio	Níquel	Zinco	Mineração Peru	Metais outros	Siderurgia	Holding e outras	Eliminações e reclassificações	Total Consolidado
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	12.431	3.053	1.337	3.701	1.556	330	3.774	1.170 (*)	(1.080)	26.272
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.195)	(2.797)	(1.299)	(3.073)	(991)	(182)	(2.921)	(1.052) (*)	1.080	(19.430)
Lucro bruto	4.236	256	38	628	565	148	853	118		6.842
Receitas (despesas) operacionais										
Com vendas	(990)	(86)	(26)	(183)	(56)	(3)	(327)	(5)		(1.676)
Gerais e administrativas	(797)	(189)	(151)	(375)	(85)	(28)	(362)	(257)		(2.244)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	317	259	(390)	(563)	(153)	(5)	(142)	(90)	(26)	(793)
	(1.470)	(16)	(567)	(1.121)	(294)	(36)	(831)	(352)	(26)	(4.713)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações	2.766	240	(529)	(493)	271	112	22	(234)	(26)	2.129
Resultado de participações societárias										
Equivalência patrimonial	142	(25)	(66)	23		(284)	25	256	(145)	(74)
Resultado financeiro líquido										
Despesas financeiras	(1.057)	(447)	(13)	(182)	(39)	(27)	(109)	(212)	77	(2.009)
Receitas financeiras	376	343	26	40	6	13	31	153	(77)	911
Variações cambiais, líquidas	(101)	(395)	(67)	(178)			(26)	253		(514)
	(782)	(499)	(54)	(320)	(33)	(14)	(104)	194		(1.612)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações	2.126	(284)	(649)	(790)	238	(186)	(57)	216	(171)	443
Imposto de renda e contribuição social										
Correntes	(555)	50	(3)	(254)	(103)	(35)	(52)	(11)		(963)
Diferidos	(34)	147	245	345	9	80	30	(15)		807
Lucro líquido (prejuízo) do período proveniente de operações continuadas	1.537	(87)	(407)	(699)	144	(141)	(79)	190	(171)	287
Operações descontinuadas										
Prejuízo do período das operações descontinuadas	(49)									(49)
Lucro líquido (prejuízo) do período	1.488	(87)	(407)	(699)	144	(141)	(79)	190	(171)	238
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	1.446	(87)	(407)	(406)	156	(141)	(79)	190	(239)	433
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	42			(293)	(12)				68	(195)
Lucro líquido (prejuízo) do período	1.488	(87)	(407)	(699)	144	(141)	(79)	190	(171)	238
Depreciação, exaustão e amortização	773	322	72	490	279	47	234	9		2.226

(*) Referem-se a operação de venda de energia elétrica (Votener e Santa Cruz Energia).

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

40 Evento subsequente

- (a) Em 22 de janeiro de 2014, o CADE deu início ao julgamento do processo citado no item “ix” do ponto e.3 da Nota Explicativa 27, relativo às investigações administrativas pela SDE (Secretaria de Direito Econômico), com quatro dos cinco Conselheiros proferindo os seus votos pela condenação das associações de classe, algumas pessoas físicas e seis empresas do setor de cimentos do Brasil a pagar multa que soma R\$ 3,1 bilhões e proceder a alienação de parte dos ativos de quatro das empresas acusadas, representando cerca de 24% da capacidade instalada do mercado desse setor no País.

O voto do Relator do processo foi pela condenação da controlada Votorantim Cimentos, com a imposição de várias sanções administrativas, incluindo (i) o pagamento de multa no valor de R\$ 1.565 e (ii) a venda de ativos definidos pelo CADE e ainda não divulgada que, na estimativa do Relator, equivaleriam a 35% da sua capacidade instalada no Brasil. Nos termos do voto do Relator, a venda dos ativos seria para um único comprador, visando criar mais um participante de vulto nesse mercado.

Em razão do pedido de vistas de um Conselheiro, que ainda não proferiu o seu voto, julgamento foi suspenso nesta mesma data e não há prazo formal para que este Conselheiro finalize a sua análise, tampouco para o CADE concluir o julgamento, o que poderá ocorrer em qualquer das sessões futuras. Até o final do julgamento, qualquer dos Conselheiros poderá revisar ou alterar o seu voto, mesmo após tê-lo proferido.

A Companhia está aguardando a conclusão do julgamento e, caso a recomendação atual vier a ser conclusiva, a Companhia pretende levar o caso ao Poder Judiciário por entender que não houve infração à ordem econômica, razão pela qual não deveria estar sujeita a quaisquer sanções ou penalidades administrativas e/ou criminais. Sendo assim, a Companhia considera como possível a probabilidade de perda nesse processo no âmbito judiciário.

- (b) Em fevereiro de 2014, a Companhia efetuou sua segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, sem garantia real ou fidejussória. As debêntures foram distribuídas com esforços restritos de colocação e com dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A emissão no valor de R\$ 450, com vencimento em fevereiro de 2017, tem remuneração de 107,95% do CDI.
- (c) Em fevereiro de 2014, a Companhia firmou contratos de acordo com a Lei nº 4131 no montante total de US\$ 184 milhões com vencimento em fevereiro de 2016. Estas operações, após realização de swaps, resultaram em um custo final de 99,8% do CDI.